

• Precipitação

O regime pluviométrico da região caracteriza-se pela distribuição regular durante todo o ano e pelos altos índices pluviométricos. A precipitação pluviométrica anual da região que engloba a APA pode ser observada na Tabela 1, que traz informações sobre outros aspectos climáticos.

As chuvas são mais abundantes nos períodos de outubro a dezembro e de maio a julho para Uruçuca e de abril a junho para Itacaré. Não há período seco pronunciado, mas é observada uma redução no índice pluviométrico nos meses de setembro e outubro, mais acentuado no município de Uruçuca. No ano de 1993 a média do mês de outubro foi de 21,4 mm. Na parte situada mais a oeste dos municípios de Uruçuca e Itacaré chegam a ocorrer períodos mais secos nesses meses.

No município de Itacaré a média anual é de 2471 mm, com máximas de 3222 e mínimas muito altas de 1901 mm. No município de Uruçuca a pluviosidade é mais baixa, com média em torno de 1200 a 2200 mm.

• Temperatura

A temperatura média no município de Itacaré situa-se em torno de 25,0°C. As temperaturas médias mínimas encontram-se em torno de 21,5°C e as médias máximas situam-se em torno de 31,1°C. As mínimas ocorrem no mês de julho e as máximas ocorrem nos meses de março e abril. As amplitudes médias indicam variações de temperatura em torno de 9,6°C. No município de Uruçuca as médias estão em torno de 24,4°C, com máximas de 30,2°C e mínimas de 20,8°C.

A Tabela 1 a seguir mostra os dados médios mensais de temperatura, precipitação e umidade relativa do ar.

Tabela 1 - Médias de temperatura, precipitação e umidade relativa CEPLAC 1993

Mês	Temperatura oC	Precipitação mm	Umidade relativa %
janeiro	24,7	55,9	81,9
fevereiro	24,6	120,2	83,4
março	24,9	42,8	80,5
abril	25	110,2	82,7
maio	23,5	174,4	85,8
junho	21,7	166,1	88,7
julho	21,2	103,9	87,7
agosto	21	96,8	87,8
setembro	22,6	21,4	83,7
outubro	24	104,7	81,1
novembro	24,1	113,1	83,5
dezembro	24,9	100,1	81,6
MÉDIA	23,5		84
TOTAL		1209,6	

• Ventos

A velocidade média dos ventos durante o ano medido em Uruçuca é de 1,11 m/s. É importante observar que estes dados foram obtidos na estação da EMARC - Uruçuca, situada bem distante da região costeira, o que remete, seguramente, para valores de vento maiores, principalmente quando se tratar da localidade de Serra Grande. A velocidade varia entre mínimos de 0,93 m/s nos meses de maio/junho e máximos de 1,37 m/s entre outubro e janeiro.

A direção predominante dos ventos é Sudeste (SE) durante todo o ano. A Tabela 2 mostra as médias mensais para o ano de 1993.

Tabela 2 - Velocidade e direção dos ventos - Estação da EMARC, Município de Uruçuca 1993

MÊS	Velocidade dos ventos (m/s)	Direção predominante
janeiro	1,19	SE
fevereiro	1,14	SE
março	1,15	SE
abril	1,08	SE
maio	0,93	SE
junho	0,94	SE
julho	0,96	SE
agosto	1,03	SE
setembro	1,16	SE
outubro	1,37	SE
novembro	1,19	SE
dezembro	1,17	SE
MÉDIA	1,11	SE

• Insolação

Os dados sobre a insolação indicam uma média anual de 6,7 horas/dia de céu claro. No período de inverno (média de maio/junho/julho) é de 6,0 horas/dia de céu claro e durante o verão (medido em janeiro) a insolação passa para 7,6 horas/dia. A tabela 3 mostra a insolação e a nebulosidade média no ano de 1993.

Tabela 3 - dados sobre insolação e radiação solar. EMARC - Uruçuca 1993

mês	insolação (horas)	radiação solar (ly/dia)
janeiro	7,6	365,1
fevereiro	6,9	201,9
março	9,4	402,8
abril	7,9	336,7
maio	5,6	255,7
junho	5,7	243,9
julho	6,7	249,9
agosto	5,2	239,1
setembro	5,9	281,2
outubro	6,1	330,7
novembro	6,5	345,2
dezembro	6,5	357,8

4.5 Recurs

4.5.1 RECURS

A região onde Itacaré/Serra apresenta déficit vista os altos precipitação médias anuais 1.800 mm,

principalmente pelos alísios de sudeste. Não há estação seca, sendo a ocorrência máxima de chuvas no outono/inverno. Os rios que banham a área em estudo correm inteiramente em solo baiano, detacando-se o Rio de Contas que nasce no interior da Chapada Diamantina e desemboca ao largo da cidade de Itacaré, extreminade limítrofe Norte da APA.

Na porção inicial da APA no sentido S/N, os cursos d'água são pequenos rios e córregos que nascem nas encostas onduladas do interior da área, correndo em direção oeste-leste, e desembocam no oceano Atlântico. O primeiro pequeno rio existente é o Rio Sargi, que dá nome a Barra do Rio Sargi, localidade limítrofe Sul da APA.

Os principais cursos d'água que banham a área são:

- rio de Contas
- riacho Piabas
- rio Sargi
- rio Candeeiro
- rio Jiribucaçu
- rio Burundanga
- rio Itacarezinho
- rio Tijúpe
- rio Tijuipe Pequeno
- rio Ribeira Grande

os Hídricos

OS HÍDRICOS

está inserida a APA Grande não hídrico, tendo em índices de existente, atingindo em torno de 1.000 a ocasionadas

O rio de maior porte presente na APA de Itacaré-Serra Grande é o Rio de Contas, que nasce na Chapada Diamantina, numa região de pluviosidade baixa e irregular. À medida que vai recebendo afluentes perenes e de médio porte, como o Rio Preto da Costa e o Ribeirão da Mata, em Jituana, o Rio Preguiça e o Água Branca, em Ipiaú e o rio do Peixe, em Barra do Rocha, o rio de Contas aumenta significativamente o seu caudal, culminando com o recebimento do seu maior afluente, o rio Gongogi, entre Ubatã (Barragem do Funil) e as cidades de Ubaitaba e Aureliano Leal, a cerca de 40 km da sua foz, na cidade de Itacaré.

A bacia do rio de Contas, de um modo geral, é impactada pela poluição causada pela falta de saneamento básico. Em Jequié, a maior cidade da bacia, o lixo doméstico é disposto de forma inadequada, a céu aberto. As cidades de Ipiaú e Ubatã, com populações de 27.831 e 18.792 habitantes, respectivamente, situadas às margens do rio de Contas, lançam esgotos "in natura", contribuindo para a poluição das águas. Mais próximas a Itacaré, as cidades de Ubaitaba e Aureliano Leal são separadas pelo rio de Contas, e também lançam seus esgotos no rio.

A cidade de Itacaré localiza-se na foz do rio de Contas, sem sistema público de esgotos, utilizando-se de soluções individuais tipo fossas, às vezes seguidas de sumidouro ou interligadas diretamente a galerias de drenagem pluvial, que deságuam no rio e na praia.

A evolução da atual situação sanitária da bacia do rio de Contas poderá vir a comprometer mais seriamente a qualidade das águas do estuário, que, por sua beleza cênica, se configura como um dos mais importantes marcos geográficos da APA Serra Grande-Itacaré.

Os demais cursos d'água que cortam a APA são de menor porte, têm alta velocidade, baixa turbidez e pH ligeiramente ácido, apresentando-se translúcidos ou de cor levemente acinzentada, em decorrência da presença de manganês, ferro e ácidos húmicos.

Não se constata na área a presença de fontes poluidoras significativas, o que é demonstrado através dos dados físico-químicos de qualidade das águas (ver Quadro nº - Qualidade das Águas), que indicam baixos índices de poluição, de acordo com os resultados de DBO (Demanda Bioquímica de Oxigênio), em todos os pontos amostrados. A baixa turbidez das águas também é um indicador de águas não poluídas, e sobretudo de cursos d'água que não vêm sofrendo processo de assoreamento. Nessa região as margens de rio ainda conservam as matas ciliares, o que em muito contribui para a sua proteção. A cor elevada em alguns cursos d'água (rios Itacarezinho, Burundanga, Sargi e Columbau) é atribuída a condições naturais do substrato, não indicando poluição antrópica.

Observando-se os resultados de qualidade das águas do Corumbau, nota-se o teor de ferro elevado, o que pode ser correlacionado à cor elevada de suas águas. Esse ponto de amostragem situa-se próximo à área urbana de Itacaré, local onde está instalado o camping. Apresenta nível de Oxigênio Dissolvido (OD) reduzido e teor de amônia elevado, o que denota a influência antrópica na perda de qualidade de suas águas. O nível mais elevado da condutividade, em relação aos outros pontos, indica a maior proximidade do mar nessa estação de amostragem.

As águas do Ribeira Grande, utilizadas para abastecimento doméstico da cidade de Itacaré, apresenta boa oxigenação, baixos níveis de amônia e de matéria orgânica, o que a caracteriza como de boa qualidade. A captação de Serra Grande também apresenta baixa DBO, um dos principais indicadores de poluição das águas, além de cor e turbidez reduzidas, apontando assim para uma água de qualidade adequada para consumo doméstico após tratamento convencional.

Nos locais mais próximos da área urbana de Itacaré já se faz sentir a influência antrópica na qualidade das águas, através dos índices de coliformes fecais, que acusam contaminação nos pontos amostrados, inclusive nos poços freáticos utilizados para consumo. Isso se deve à alta permeabilidade do solo arenoso, ao nível do lençol freático, e à proximidade das fossas e sumidouros. O índice de coliformes detectado na captação do Ribeira Grande é atípico, e pode ser explicado pelas circunstâncias locais no momento da coleta, quando estavam em andamento as obras de construção da nova barragem, com um grande afluxo de operários no local, e que é, possivelmente, a causa dessa contaminação.

Qualidade das Águas

APA ITACARÉ / SERRA GRANDE

Data	Amostras	pH	Cond µS/cm	DBO mg/l	Cor Hazen	Turbidez NTU	Alcal	O.D mg/l	Fe sol mg/l	Cl mg/l	NH ₄ mg/l	C.Fecal col/100ml
20/9/95	Riacho Piabas	6,0	40,4	1,8	30	2	-	-	-	-	-	-
20/9/95	Rio Tijupe	6,5	36,8	0,5	15	1	-	-	-	-	-	-
20/9/95	Rio Itacarezinho	6,0	52,4	0,5	100	8	-	-	-	-	-	-
20/9/95	Rio Burundanga	5,9	63,9	0,7	95	2	-	-	-	-	-	-
20/9/95	Rio Tijupe Pe- queno	6,5	46,0	0,5	15	2	-	-	-	-	-	-
20/9/95	Captação Serra Grande	6,2	42,5	1,5	25	2	-	-	-	-	-	-
20/9/95	Rio Jiribucaçu	6,6	41,1	0,7	20	1	-	-	-	-	-	-
20/9/95	Rio Sargi	6,1	53,0	1,1	>100	3	-	-	-	-	-	-
ago/95	Captação Itacaré	6,1	-	-	7,5	-	8,0	-	-	-	-	-
2/7/95	Ribeira Grande	6,5	37,1	1,0	20	2	-	8,5	0,24	18	<0,02	210
2/7/95	Rio Corumbau	5,4	70,4	1,2	>100	5	-	1,9	1,13	26,6	1,1	130
2/7/95	Poço (Loteamento Conchas)	6,7	70,9	1,6	90	9	-	-	0,47	19,7	0,5	120
2/7/95	Poço (Camping)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	112

APA ITACARÉ / SE

5. MEIO ANTRÓPICO

As características sócio-econômicas de uma região, são determinantes para a definição de políticas de desenvolvimento ecologicamente sustentadas. Os aspectos naturais dos Meios Físico e Biótico, servem como referências vitais para a estruturação dos projetos de planejamento. Entretanto, só consegue-se implementar estratégias de uso e ocupação coerentes e sensatas para o futuro de uma área específica ou região, quando entende-se a sua dinâmica sócio-econômica. Fazer planejamento sem o ser humano é muito fácil. O papel aceita tudo. É, portanto, com criterioso senso de responsabilidade sobre o destino de uma das áreas mais belas do litoral brasileiro, possuidora de diversos ecossistemas naturais ainda preservados, que realizou-se o Diagnóstico Sócio-Econômico da Área de Preservação Ambiental da Costa de Itacaré - Serra Grande.

5.1 Aspectos Metodológicos

O diagnóstico foi baseado em levantamentos *in loco* (pesquisas de campo) onde a equipe de estudos coletou dados utilizando amostragem através de questionários com residentes e visitantes além de entrevistas com lideranças locais, reunindo informações primárias para a análise sócio-econômica da APA. Outras fontes secundárias, citadas na bibliografia, foram igualmente utilizadas no estudo. Sempre que conveniente para maior clareza do diagnóstico, as informações foram tabuladas e assim apresentadas.

5.2 Aspectos Históricos

Os aspectos históricos da APA de Itacaré / Serra Grande possuem vinculação direta com os municípios de Itacaré e o desenvolvimento da agricultura cacaueira a partir do município de Ilhéus e, incluindo em seu contexto, o município de Uruçuca, onde está localizado o povoado de Serra Grande.

Itacaré, formando o limite norte da APA, teve o seu surgimento associado ao rio de Contas, tanto pelo apoio náutico proporcionado pela sua foz, que serviu para embarque e desembarque de cacau, madeira e demais produtos da época, como pelo tráfico de escravos que serviam às fazendas da região. Itacaré foi elo de ligação entre o interior da Chapada Diamantina e o Oceano Atlântico, uma vez que o rio de Contas possui sua nascente nesta região.

A cidade de Itacaré teve origem numa aldeia de índios, onde o padre jesuíta Luis da Grã erigiu uma capela sob a invocação de São Miguel, batizando originalmente a povoação com o nome de São Miguel da Barra do Rio de Contas.

Em 1718, o arcebispo primaz, Dom Sebastião Monteiro da Vide, elevou aquela capela a categoria de freguesia, com a mesma denominação.

Em 1732, a povoação de São Miguel da Barra do Rio de Contas foi elevada a categoria de vila e a município em 27 de janeiro, por ordem de Dona Ana Maria Ataíde e Castro, condessa de Resende e donatária da capitania de Ilhéus, a qual pertenciam as terras de Itacaré.

Contam os mais antigos, que durante a fase de colonização, os indígenas que aqui viviam, constantemente atacavam os jesuítas, que se viram obrigados a construir um túnel com aproximadamente um quilômetro, por onde fugiam da perseguição, embrenhando-se na mata virgem.

Segundo o IBGE, o município foi criado com a denominação de Vila da Barra do Rio de Contas em 20 de janeiro de 1732, sendo instalado a 27 de janeiro de 1732. Pelos decretos estaduais nº 7455 de 23 de junho de 1931 e nº 7479 de 8 de julho de 1931, o município recebeu o nome de Itapira, sendo a sua sede mudada para o povoado desse nome, que foi elevado à categoria de vila. A sede do município voltou a ser na antiga Vila de Barra do Rio de Contas, recebendo o nome de Itacaré, pelo decreto estadual nº 7850 de 16 de dezembro de 1931. Vale acrescentar que a freguesia criada com o orago de São José da Barra do Rio de Contas, pelo alvará régio de 11 de abril de 1718, foi elevada a 30 de março de 1938 à categoria de cidade.

Segundo os escritos do Professor Edelwiss, pesquisados pela Prodeadora Consuelo Pondé, o termo Itacaré provém de Itá = pedra, penedo, do tupi; e Karé = arcado, torto, em guarani. Tratando-se então de uma combinação de termos indígenas.

Pelo lado sul da APA, as relações históricas da área estão diretamente ligados à cidade de Ilhéus, que possuiu sua origem decorrente da Capitania instituída por Carta Régia de D. João III, a 25 de abril de 1534, sendo instalada em 1535 pelo espanhol Francisco Romero, administrador do donatário Jorge de Figueiredo Correia, que se estabeleceu após rápida passagem na Ilha de Tinharé, Morro de São Paulo, vindo a fixar residência na foz do Rio Cachoeira, Baía de Ilhéus, onde fundou a Vila de São Jorge, no cimo do atual morro de São Sebastião.

Em 1556, foi criada a Freguesia de São Jorge dos Ilhéus, por D. Pero Fernandes Sardinha. Após um período de prosperidade, sendo inclusive, considerada por Tomé de Souza, como "como a melhor coisa desta costa para fazenda e que mais rende para si, Alteza", entrou em decadência devido aos ferozes índios aimorés que impediam o estabelecimento agrícola do sítio. A vila só viria a ser elevada à categoria de cidade, com o florescimento da lavoura cacaueteira o que se tornou realidade em 28 de junho de 1881, através da lei 2.187 assinada pelo Marquês de Paranaguá.

Segundo o EPIA — COBRAPE 1994, embora sob o domínio português, entre 1506 e 1515 a região de Ilhéus esteve arrendada a uma empresa privada de cristãos novos para explorar madeira ao longo de toda costa brasileira. Datam desta época os primeiros contactos entre brancos e índios. Depois de 1515 inicia-se o período de policiamento costeiro em defesa da terra contra a pirataria estrangeira até a instituição do sistema de capitanias hereditárias (1534) pelo rei de Portugal.

A área de terra limitada pelas barras dos rios Jequiriça (Ponta do Garcez), ao norte, e Jequitinhonha, ao sul, ficou conhecida como Capitania de São Jorge dos Ilhéus.

Nessa época a região saía de uma economia essencialmente extrativa, com base na exploração da madeira destinada ao mercado externo, para a monocultura da cana-de-açúcar orientada também para o mercado externo. Há, entretanto, uma mudança substancial visto que a primeira atividade era essencialmente migratória, enquanto a monocultura canavieira exigia a sedentarização da população. Isto significa que aí realmente teve início o povoamento da área.

Até o início do século XIX, a população da região permaneceu concentrada nos núcleos do litoral, apesar do café e do cacau já terem sido introduzidos na Comarca. A partir de 1821, se consolida a iniciativa de desbravar o interior da região para o plantio do cacau, através de pequenas lavouras em mãos de muitos agricultores, na maioria imigrantes sem outro recurso a não ser a sua força de trabalho.

Em 1834, inicia-se o fornecimento regular de amêndoas para o exterior, começando uma nova fase para a cacauicultura. O período compreendido entre 1860 e 1890 se caracteriza pelo início da exploração econômica do cacau. O cacau sai das margens dos rios e passa a ocupar as encostas, dotadas de solos menos férteis. Nas pautas de exportação da Bahia, o produto eleva sua participação de 0,5%, em 1850-51, para 15%, em 1885-86.

Em 1881, Ilhéus é elevada a condição de cidade, possuindo um comércio razoável e estabelecimentos industriais, o que reflete as melhorias nas condições urbanas que iriam se acentuar nas décadas seguintes, transformando Ilhéus em centro regional importante. Esta transformação se deu, principalmente, em função da instalação definitiva da monocultura cacauera, fortemente orientada para o mercado externo.

O contexto histórico regional pode ser melhor entendido a partir daí, isto é, tomando como ponto de partida o ciclo econômico do cacau. No século XVIII com a importação de mudas de cacauzeiros da Amazônia e sua notável adaptação às condições climáticas da região, Ilhéus viu brilhar diante de si um novo eldorado. O cultivo do cacau além de promover o crescimento econômico passou a gerar um número sem fim de histórias, recheadas de cobiça, crimes, amores e lutas pelo poder, formando um terreno fértil para os romances de Adonias Filho e Jorge Amado, onde narram as paixões desenfreadas dos coronéis por dinheiro, mulheres e terras.

Ainda na porção sul da APA, a povoação de Serra Grande, diante deste contexto histórico, não possuiu desenvolvimento econômico ligado ao ciclo do cacau, tendo em vista, especialmente, a sua distância de rios navegáveis, sua costa íngreme e imprópria para o transporte marítimo, além da pouca fertilidade dos seus solos, geralmente

ácidos e bastantes arenosos. Possuindo, entretanto, uma floresta densa e com muita madeira de aproveitamento econômico, a localidade se estabeleceu a partir da segunda metade deste século, como ponto de apoio para diversas serrarias que aí se instalaram, existindo até hoje uma grande empresa retirando o que resta dos remanescentes de Mata Atlântica da região, dispondo, inclusive, de autorização do IBAMA.

5.3 A APA e a Região Cacaueira

5.3.1 ASPECTOS GERAIS

A região cacaueira do Estado da Bahia envolve basicamente 28 municípios, possuindo como principal característica a existência de um ambiente ecologicamente favorável ao desenvolvimento da cultura do cacau. Este ambiente, com aspectos edafológicos e climáticos semelhantes, limitam-se ao norte com o município de Valença e micro-região, chegando até o sul do Estado, possuindo seu mais elevado estágio de produção e produtividade entre os municípios de Gandú e Itapebi. O município de Ilhéus, pela sua posição central na região cacaueira, além de possuir o mar como fator determinante na sua definição como líder regional, passou a ser o símbolo e o referencial maior de todos os ciclos vividos pela lavoura cacaueira.

A região cacaueira, conforme COBRAPE 1994, é identificada por uma estrutura econômica tradicional que possibilita a organização daquele espaço através da exploração de um produto altamente comercializável, como o cacau. Entretanto, ao longo do tempo, essa estrutura vem sendo, em parte, alterada pela expansão de outros produtos comerciais e pela pecuária.

Trata-se de uma região de ocupação antiga, entrecortada de baías e estuários no litoral, que permitiram a localização esparsa dos primeiros núcleos de povoamento. Devido ao insucesso das antigas culturas de cana-de-açúcar, em sua substituição foi implantada, na segunda metade do século XVIII, a lavoura cacaueira, que ali encontrou condições favoráveis para seu desenvolvimento. Assim, nas três primeiras décadas do atual século, a monocultura cacaueira tornou-se a base econômica dessa porção do estado.

Praticada por grandes, médios e pequenos proprietários, a cacauicultura, desde a década de 70, vem recebendo apoio da CEPLAC - Comissão Executiva da Lavoura Cacaueira (organismo oficial com sede em Itabuna) através de um programa de crédito orientado para o aumento da produção e da produtividade por meio da modernização da lavoura. Como produto comercial o cacau se constituiu em importante fonte de divisas, fazendo parte da pauta de exportação do país, como um dos cinco principais produtos agrícolas.

Na porção norte da região tem-se observado, nas últimas décadas, o desenvolvimento de outras lavouras comerciais para o abastecimento interno, tais como: o dendê, a hévea, o cravo da Índia, a pimenta do reino e, nas planícies litorâneas, o côco. Acresce ainda, a piaçava, produto extrativo, que ocorre, de preferência, nos tabuleiros e em climas quentes e semi-úmidos.

Completando o quadro econômico, deve ser feita referência às lavouras que se desenvolveram nas baixadas fluviais e nas encostas dos tabuleiros. Pode-se citar o café, a mandioca, o feijão, a cana-de-açúcar e algumas frutas como a banana.

O domínio que Ilhéus, juntamente com Itabuna, exerce sobre a região cacauzeira tem sido interpretado como função regional, exercendo a função de lugar central da mais alta hierarquia nesse espaço.

A descrição dos ciclos da lavoura cacauzeira e uma análise da sua crise atual, é fator preponderante para o entendimento da economia regional, que definirá, seguramente, os destinos e políticas a serem implementadas na Área de Proteção Ambiental de Itacaré/Serra Grande.

5.3.2 CICLOS ECONÔMICOS

Os Ciclos Econômicos, segundo consta em documentos históricos e descrição detalhada formulada por Amílcar Baiardi (1984) no livro *Subordinação do Trabalho ao Capital na Lavoura Cacauzeira da Bahia* e José A. de S. Menezes e Dionísio Carmo-Neto (1993), no livro *A Modernização do Agribusiness Cacau*, a região viveu basicamente seis ciclos distintos:

5.3.2.1 O Primeiro Ciclo, 1746-1820, O Início do Desbravamento

Conforme Barndi (1984), o primeiro ciclo tem como pano de fundo a crise agro-industrial açucareira no Brasil colonial e os esforços do Estado português em muitas da posição de importador para de exportados de cacau na Europa. Os conflitos de interesses entre os reinos da Espanha e Portugal reforçaram a disposição deste último de não depender da produção de cacau da América Espanhola para o consumo de chocolate em Portugal. A Capitania de Ilhéus que teve um surto de progresso no século do descobrimento, estagnou nos seguintes com reduzido número de engenhos e atividades de criação bovina, sobrevivendo à base do comércio de madeira. A hostilidade dos índios Aimorés, ao lado de uma ecologia desfavorável à criação de animal e à produção de cereais, deve ter concorrido neste sentido. A incipiente burguesia mercantil da Capitania, para se desenvolver, dependia do aparecimento de uma atividade produtiva mais rentável cujo comércio lhe rendesse lucros bem mais expressivos que os derivados da exploração da madeira e da exportação de açúcar produzido pelo produtor colonial. Isto só seria possível com a introdução de outras atividades entre as quais sobressaia a cacauicultura.

Desse modo é que o financiamento da cacauicultura se deu através do capital comercial e a implantação de cacauais teve como ator a figura do "desbravador", que realizava a expropriação das terras indígenas em um caso singular de "acumulação primitiva". Esse desbravador, originalmente extrator de madeira, não se confundia como o, produtor colonial. Na maioria dos casos eram brasileiros e utilizava trabalho assalari-

ado dissociado dos meios de produção, em suas expedições destinadas a consolidar a ocupação e a implantar os cacauais. Recebendo adiantamento do capital comercial, o desbravador contratava força-de-trabalho não escrava para suas expedições, construção de infra-estrutura e plantio do cacau.

A cacauicultura nasceu do capitalismo comercial sendo sua implantação na Bahia, em meados do século XVIII.

A pequena unidade de produção com uso predominante da força-de-trabalho familiar, também surge na época, esporadicamente, sem assumir um peso expressivo no conjunto da produção.

A terra, na época, não é uma mercadoria, não tem valor equivalente à renda capitalizada, sendo tão somente simples elemento da natureza, necessário à produção. A doação era feita portanto a quem se dispusesse a reunir recursos produtivos necessários para a produção de bens destinados ao mercado europeu. Um século mais tarde, com o advento da Lei da Terra em 1850, a situação não se modifica no que se refere ao agente produtivo que continua a se tornar proprietário.

Esse primeiro período no qual foram feitas tentativas de implantação de cacauais em uma vasta área que vai do atual município de Cairú até Porto Seguro, cerca de quatrocentos quilômetros mais ao sul, caracteriza-se pela dispersão e descontinuidade das iniciativas de plantio e pela pouca significação que tinha o produto na pauta de exportação da região.

Neste período o Brasil, através do Pará, já registrava exportação de cacau em amêndoa.

O café que, na segunda metade do século XIX, iria converter-se no mais importante produto de exportação, até 1920, se aproximava, em valor, do cacau exportado pelo Pará.

O que permitiu que o quadro inicial de plantio experimental, e não conseqüente, evoluísse para o plantio sistemático e consolidação da atividade, foi, sem dúvida, o quadro geral de decadência da atividade canavieira.

5.3.2.2 Segundo Ciclo, 1821-1895. A Consolidação do Desbravamento

Ainda citando Baiardi (1984), o segundo ciclo é marcado pela consolidação do desenvolvimento, "conduzido a fogo, pólvora e machado". Sem contar com a força-de-trabalho escrava em um momento no qual a escravidão já estava com seus dias contados em função das restrições ao tráfico, mas ainda com elevada demanda por parte do complexo cafeeiro, o desbravador teve que se valer da força-de-trabalho assalariada e de toda sorte de aventureiros que se dispusessem colocar-se a soldo, na

tarefa de desmatar, expulsar indígenas e superar todo tipo de dificuldade para o plantio do cacau e fundação de povoados.

De acordo com a CEPLAC, 1834 é o marco do estabelecimento de um fornecimento regular de amêndoas para o exterior e, conseqüente, o marco também de maiores adesões ao cultivo do cacau. No ano seguinte a produção para exportação era de 476 toneladas, elevando-se para 304 toneladas 25 anos depois, em 1850. A partir daí, em torno de 1860, deu-se um incremento ainda maior, devido a introdução de uma nova variedade, a "Pará", trazida, igualmente, da Região Amazônica.

É neste período, após o advento da lei das Terras de 1850, que se configura um tipo específico de relação de produção que é o "contrato". Através do contrato, o então latifundiário, com suas terras delimitadas, passa a estabelecer com o trabalho livre um relacionamento que contempla a entrega de terra para plantios de subsistência, tendo como pagamento uma espécie de renda-produto que é o cacau formado.

Com o mercado externo absorvendo quantidades crescentes de amêndoas produzidas no sul da Bahia, e com o setor produtivo dando provas de elasticidade respondendo a estes estímulos, delineou-se o momento no qual o cacau passaria a crescer em importância na pauta estadual, passando de 0,5% em 1851 para 15% em 1885-86, vindo a liderar as exportações do Estado da Bahia, fato que só se verificaria, contudo, a partir de 1903.

5.3.2.3 Terceiro Ciclo, 1896-1930, A Expansão e o Apogeu

O que caracteriza este ciclo, conforme Baiardi (1984), é a expansão de cacauicultura que vai se concentrar na base econômica do sul da Bahia, liderar as exportações baianas e situar o Brasil entre os maiores produtores. Este período sucede à "acumulação primitiva" e tem como grandes traços o crescimento das atividades urbanas de comercialização da amêndoas e de todo o tipo de bens necessários às populações rurais, o que leva ao crescimento e consolidação das vilas e cidades. O fluxo monetário gerado pelo cacau torna próspera a região e possibilita um novo estilo de vida ao produtor. De desbravador ele se torna "coronel", passa a viver nas cidade e a levar uma vida mais amena, sem as ostentações típicas do produtor de café e do senhor de engenho, mais de todos os modos observa-se uma acentuada diferenciação social. Na condição de desbravador, misturava-se como os trabalhadores em várias tarefas produtivas. Na condição de coronel ele já não habita a rústica casa da fazenda, urbanizado e passa a interferir na política e na administração das cidades que se formam.

É o período das primeiras rodovias vicinais, da construção da ferrovia ligando Itabuna a Ilhéus e os melhoramentos no porto de Ilhéus que passa da condição de entreposto interno que remete em pequenas quantidades as bagas para exportação em Salvador,

para a condição de exportador direto, recebendo embarcações estrangeiras, ainda que de pequeno calado.

5.3.2.4 O Quarto Ciclo, 1931-1957 - A Crise de Produtividade e de Realização

O que está por trás deste período, segundo Baiardi (1984), é o expressivo aumento de área cultivada acompanhado da queda da produtividade. Ao longo desse vinte e seis anos, a exportação em amêndoas cresceu, passando de 73 mil toneladas para 104 mil toneladas enquanto que a área cultivada saltou de 109.405 ha para 302.418. O valor da exportação, por outro lado, oscila com amplitude nunca antes observada.

Estavam dadas as condições para uma profunda crise de realização dos negócios que acarretou um estado de insolvência generalizado dos produtos junto às casas de exportação. Desta crise resultaram desmembramentos de propriedades e os segmentos produtivos menos afetados eram aqueles que realizavam também a comercialização da amêndoa. Foi expressivo o número de produtores que teve que se desfazer de suas terras para saldar dívidas aos bancos oficiais, agiotas e casas exportadoras.

As causas da crise regional ligam-se também ao esgotamento das terras férteis e à ampliação da cacauicultura em direção a terras distantes dos centros de comercialização e formadas por solos pobres.

A economicidade dos sistemas produtivos vigentes relacionava-se com a possibilidade de utilizar terras férteis e próximas dos centros de comércio. Na medida em que estas condições não se verificavam, observa-se um afastamento do preço de produção de mercado, o que acarretava o desaparecimento do sobre-lucro e por fim a descapitalização da unidade produtiva.

5.3.2.5 Quinto Ciclo, (1958-1986), A Recuperação Frustrada

Ainda citando Baiardi (1984), o processo de modernização que passou a região, trouxe como resultado mais significativo o fato de o Brasil permanecer por um certo período entre os países que lideravam a exportação de cacau, com uma marca em valor da ordem de um bilhão de dólares.

Diante da incapacidade das políticas gestadas na década de 30 e 40 em produzir mudanças sensíveis no quadro da cacauicultura, o governo federal criou a CEPLAC, originalmente Comissão Executiva do Plano de Recuperação da Lavoura Cacaueira, que se configurou como a fórmula mais imaginativa em termos de assistência integral para o produtor, reunindo em um único órgão a pesquisa agrônômica, a assistência técnica, o crédito orientado e a venda de insumos.

São inquestionáveis os resultados produzidos pela ação da CEPLAC em termos de aumento de produção, elevação de produtividade, melhoria do padrão de qualidade do produto, aproveitamento dos subprodutos, etc.

A fisionomia da região mudou em termos de equipamentos urbanos e infra-estrutura econômica mas as desigualdades sociais acentuaram-se a ponto de 80% das famílias deterem apenas 31% da renda. Este quinto ciclo não mudou a estrutura produtiva das fazendas de cacau, reproduzindo de forma adaptada, os mesmos métodos desenvolvidos desde o final do século passado. As famílias ricas da região não preocuparam-se em profissionalizar os seus sucessores como herdeiros de uma realidade mutante e complexa. Este pseudo - apogeu não poderia permitir a manutenção de um alto padrão de vida por três gerações consecutivas, sem uma modificação no cenário produtivo e o entendimento da dialética das relações de produção.

5.3.2.6 O SEXTO CICLO (1987- Até O Presente.) A Economia em Crise

Analisando Baiardi (1993), em uma reavaliação de Baiardi (1984), o qual cita que, o sexto ciclo esperado como o "Ciclo da Industrialização" ou da "Constituição do Complexo Agroindustrial do Cacau", com advento previsto para o final do século, se antecipa não como desdobramento de uma tendência de prosperidade, mas como de decadência da cacauicultura regional, acentuando sua presença a partir da metade da década passada e atingindo indistintamente a produção capitalista tradicional e a produção familiar, na região conhecida como "burareira". Historicamente, conforme citação na íntegra de Menezes (1993), a lavoura cacauera do Brasil, especialmente a da Bahia, vem tentando acomodar conflitos, expectativas e problemas mal-resolvidos e assim sempre vivendo sob forte tensão. É por isso que se tornou um adágio popular na região de que produzir cacau é "assinar um contrato de risco com cinco tipos de incertezas: (a) os caprichos da natureza sobretudo clima; (b) os ataques impiedosos de pragas e doenças; (c) as irregularidade do mercado e dos preços; (d) o descaso ou intervenções extemporâneas do governo; e (e) as inevitáveis flutuações da receita líquida em divisas pelas variação do câmbio.

Desde 1987, tais incertezas têm se feito presente mudando a feição da região e de seus agentes. Estas incertezas surgiram de vez e instalaram uma crise sem precedência na história do cacau. Ademais, o grau de generalização, a extensão do período de duração, e a forma como esta crise veio e se fixou, não encontra similar em nenhuma outra agricultura do Brasil. O que mais caracteriza e preocupa nos efeitos dessa crise é a magnitude de suas conseqüências econômicas, sociais e a confiança no futuro. Isto desmantela de forma irretocável qualquer cenário desenhado para um futuro próximo e próspero.

Grosseiramente, a "crise do cacau" vem sendo entendida como apenas uma descapitalização generalizada e acelerada, desdobrando num elevado grau de liquidez financeira, forte desvalorização do valor venal das fazendas de cacau, elevado grau de

desemprego agravado pela chegada da doença Vassoura-de-Bruxa (*Crinipelis perniciososa*).

De fato, a crise sempre foi uma componente constante da cacauicultura da Bahia, circunstância que nem sempre acontece com outras agriculturas de exportação do Brasil. Historicamente ocorreram crises no início dos anos 20, em meados dos anos 30 (em que foi criado o ICB, em 1931) e no final dos anos 50, (sendo que esta foi superada como advento do CEPLAC em 1957) e, finalmente, a crise atual, iniciada em 1987.

Nesses sete anos de crise a lavoura experimenta a sua mais longa e aguda crise de toda sua história. Por causa disto, a performance do setor no início dos anos 90 apresenta-se com o pior desempenho dos últimos 30 anos, marcadamente: (a) pela acentuada descapitalização dos produtores; (b) pelo elevado grau de endividamento dos produtores, muitos para com os exportadores e indústrias; (c) baixa competitividade do setor com custos relativamente altos, e desestimulados por políticas inócuas por parte do governo; e não menos importante: (d) um acentuado declínio na participação percentual no produto no Estado da Bahia; e (e) um acentuado desinteresse do governo Federal em procurar entender as origens da crise cacau (Menezes, 1990).

Com relação à produção mundial a crise interna implica também numa imagem em decadência direta de divisas para países (antes) menos competitivos, queda progressiva na participação do mercado mundial e redução na capacidade de investimento, portanto, no longo-prazo também perdendo competitividade e contribuindo para aumentar o grau (tecnológico e produtivo) já existente.

5.3.3 NATUREZA DA CRISE

Essa penúria do cacau na Bahia foi iniciada em 1987 e parece estar tendo o seu auge nos dias atuais. Com efeito, ela pode ser percebida como a resultante de duas crises concomitantes:

5.3.3.1 Crise de natureza conjuntural

Infeliz coincidência de ocorrências de vários fatores adversos, como queda sucessiva da produção devido a irregularidade climáticas seguidas entre 1987 e 1993; longo período de excedentes mundiais de produção; níveis elevado de estoques, longa permanência de baixos preços, sem precedência na história do cacau; elevado nível de inflação interna com repercussões diretas nos custos de produção e processamento, cessação do tipo tradicional de financiamento ao cacauicultor, defasagem no câmbio entre outros;

5.3.3.2 Crise de natureza estrutural

Relacionada como o modelo primário exportador da monocultura do cacau, aos condicionamentos culturais do cacauicultor; ao poder político da região cacaueira e à natureza do processo de modernização tecnológica empreendida pela CEPLAC.

• Componentes Econômicos

Dada as exigências ecológicas e as tendências históricas, a economia cacaueira se tornou especializada e dominada pela função da produção para exportação. Nesse sentido a economia regional (Sul da Bahia) tornou-se integrante do *agribusiness* internacional do cacau e assim passou a se expor às flutuação de preços internacionais. Por causa de sua própria natureza de dependência, essa economia está sempre sujeita a ciclos de altos e baixos preços (estes de maior permanência). Como era de se esperar, estes preços geram elevado grau de instabilidade, e recriam outros efeitos - sob variadas formas, magnitude e potência - que inevitavelmente se fazem sentir nos níveis regionais de investimento, renda, emprego, poupança e consumo.

Essa monoeconomia do cacau experimenta, portanto, curtos momentos de euforia e longos de recessão. Por isso, o Sul da Bahia não tem períodos auto-sustentados essenciais para o crescimento econômico, e assim, fica interdita ao desenvolvimento econômico pela sua própria fragilidade, vulnerabilidade e dependência.

• Componente Cultural

Com esse quadro de determinações históricas, o cacauicultor não se articulou no sentido de ter o controle da economia cacaueira, nem também para se apropriar dos maiores ganhos e excedentes, gerados pela economia. Estes, foram deixados para grupos de exportadores e industriais melhores organizados. O cacauicultor não se consolidou como uma classe empresarial bem definida, detentora de poder econômico, político e dominador do processo de acumulação do capital agrário-comercial, exportador e industrial.

O perfil do cacauicultor está intimamente relacionado ao próprio cacau. O fazendeiro e o trabalhador rural detém os seus traços culturais básicos e constituem-se em matrizes do perfil regional. A ambição, a busca do teor, a sede pelo poder e a individualidade são marcos característicos sócio-econômicos da região.

Nesses aspectos culturais é preciso se perceber a crise, como desarticulação histórica do cacauicultor: desorganizado sob o ponto de vista cooperativista e corporativista; impotente frente às poderosas estruturas capitalistas, comerciais, exportadoras e indústrias; e insignificante diante do poder (muitas vezes agigantado das multinacionais operantes no setor) mas também pela própria desorganização do produtor.

O pior, é que o próprio cacauicultor não se dá conta dessa sua fragilidade, nem debilidade de sua desorganização, muito menos da sua vulnerabilidade ou de suas incertezas, quanto à sua sobrevivência e perspectiva de longo-prazo. Seu comportamento cultural pauta-se numa concepção individualista, agindo no sentido de que seus problemas são resolvidos no seu referencial dentro do seu contexto, a sua fazenda e por extensão as casas bancárias, e as compradoras de cacau e os escritórios da CEPLAC para assistência técnica. Contudo, ele não se dá conta que necessariamente, precisa dominar, possuir e ter o comando da economia e riqueza que ele mesmo gera. Este é um componente cultural ou viés de percepção, que precisa ser alterado. Ocorrendo isto seu comportamento será em prol de uma visão mais geral do cacau.

• **Componente político**

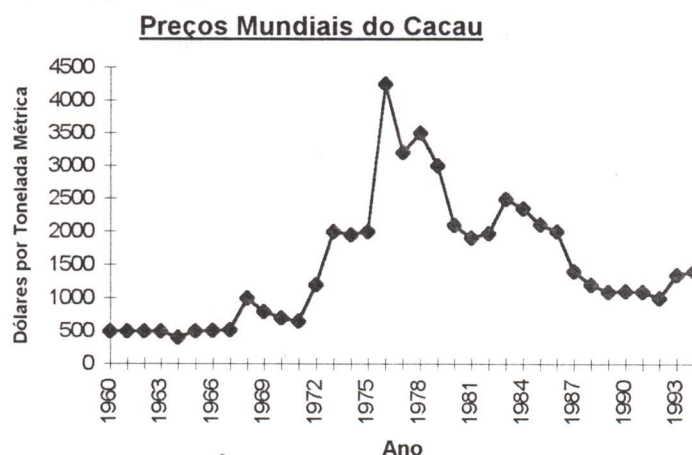
É preciso admitir que a região cacaueira não é só produtora e exportadora de cacau, mas também gera e exporta lucros, excedentes e impostos. Foi por longas décadas a principal economia do Estado da Bahia, sem receber tratamento preferencial e nem contrapartida.

Por um lado, ela nunca conseguiu se articular para eleger um governador oriundo da região. Por outro lado, historicamente, nunca consolidou uma frente, uma Bancada Estadual e Federal do Cacau, de capacidade reivindicatória, com relação aos problemas da região. Pelo contrário, a Região Cacaueira, sempre careceu de base política de poder, apesar de ter sido permanente território de políticos de outras regiões, muitos dos quais foram trazidos pela próprias lideranças regionais do cacau. Assim, o produtores de cacau nunca assumiu sua posição de produtor independente, como também desperdiçou oportunidades raras e irreversíveis em eleger lideranças capazes de propor melhorias à região. Essa desarticulação política, portanto, explica numa grande medida, o descaso da região e as dificuldades porque vem passando toda a região produtora.

Possivelmente por negligenciarem tais dificuldades maiores inerentes ao cacau, as soluções propostas pelos políticos regionais aos momentos críticos, sempre foram imediatistas. Parecer haver uma crença generalizada nas lideranças produtoras de tal sorte que políticas creditícias resolvem tudo se elas foram providenciadas já. Essa miopia equivocada contudo potencializa as dificuldades do setor cacaueiro. As flutuações internacionais de preços são sempre vistas como algo além das prioridades imediatas e assim a ordem do dia deve ser outra. Com isso não há um esforço conjugado, um sentimento por inteiro de toda a problemática.

• O preço do cacau

Conforme Jared J. Hardner e Ken W. Scott (1994) em *Uso da Terra e a Economia Cacaueira no Sul da Bahia*, apresentado à Conservation International, é de senso comum que a demanda do cacau é cíclica, como pode-se ver pelo gráfico a seguir. Neste gráfico, a subida de preços, que se iniciou nos anos 70, experimenta um declínio que pode ser claramente acompanhado.



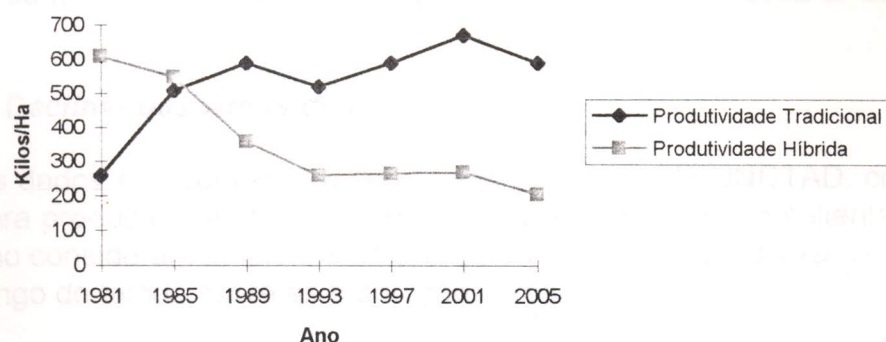
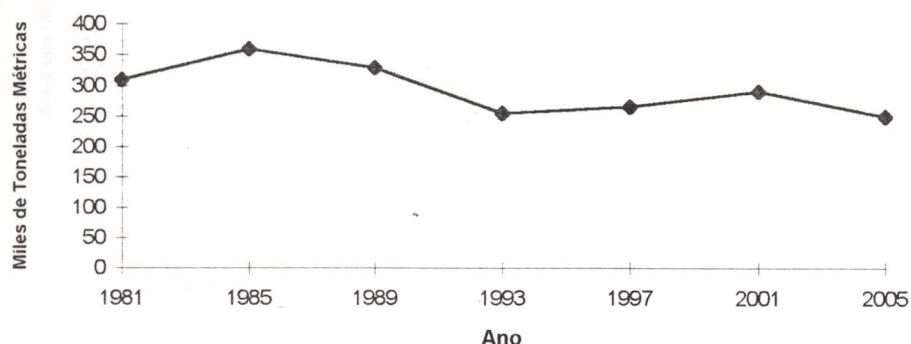
Fonte : Scott, 1994

A natureza cíclica do mercado pode ser atribuída a agressividade de plantio acontecida nos períodos de forte demanda pelo produtor, o que induziu um superabastecimento do produto, seguida por consequente depressão e posterior recuperação, após desestímulo e atritos no setor produtivo e eventual desabastecimento de mercado. Da perspectiva dos proprietários de lavouras de cacau, o declínio de alguns períodos é compensado pela lucratividade que acontece durante o desabastecimento de mercado.

• Queda de produtividade

Ainda conforme Scott (1994), a agência das Nações Unidas para o Desenvolvimento do Comércio - UNCTAD, tem projetado o declínio de produtividade do cacau baiano, a partir do final dos anos 80. A justificativa que se apresenta é o constante aumento dos custos da mão de obra, inibindo aumento de áreas de plantio, ademais de tornar menos produtivo o cacau em ponto de colheita. Também aponta as dificuldades de manutenção de estoques do produto em função desta mesma causa. As projeções da UNCTAD tem como base os dados do banco Mundial para preços do cacau até o ano 2001.

APA ITACARÉ / SERRA GRANDE

Produção da Lavoura Brasileira de CacauProdução Total Brasileira de Cacau

Fonte : Scott, 1994

O fato de que as previsões do banco não contavam, foi o aparecimento da "Vassoura de Bruxa", que atacou drasticamente a lavoura cacaueira brasileira. Cabe salientar que nem todos os efeitos deste patógeno foram isolados estatisticamente, mas a produtividade declinou na Bahia, de 675 Kg/ha em 1985, para 525 Kg/ha na colheita de 1992/93 e continua a cair.

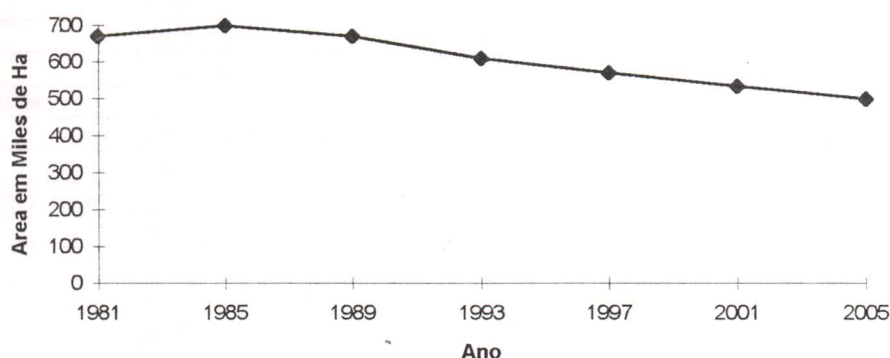
No passado, quando os mercados decaíram, os fazendeiros de cacau começaram a interromper as atividades de manutenção da lavoura, confiantes no fato que em caso de duração deste fenômeno, os preços subiriam e eles poderiam retornar aos índices de produtividade passados, aproveitando-se do aquecimento da demanda. Durante a última recessão do mercado, a "Vassoura de Bruxa" invadiu novas áreas de lavouras com uma rapidez surpreendente e em muitos casos até matando algumas plantas de cacau. Muitos hectares de plantações, até então produtivas, foram perdidas e, até

agora, estão sendo erradicados. Somente aqueles fazendeiros mais atentos financeiramente continuaram a manter suas plantações durante a depressão de mercado que se seguiu, mantendo também ações de combate a "Vassourar de Bruxa".

• Declínio das Áreas de Plantio

Os dados apresentados a seguir são projeções da UNCTAD, citado por Scott (1994), para produção de cacau no Brasil. Novamente, é de se salientar que estas projeções não consideram os efeitos negativos da "Vassoura da Bruxa" sobre a produtividade ao longo do tempo sobre as plantações brasileiras.

Área Projetada para as Plantações de Cacau



Fonte: Scott, 1994

• Os Competidores do Mercado Mundial de Cacau

A quota brasileira no abastecimento do mercado mundial de cacau vem caindo a alguns anos (Boletim dos Produtores de Cacau, 1994), citado por Scott (1994), além de outras publicação setoriais, projetam que este fenômeno deverá continuar acontecendo. (UNTACD, 1991). Abaixo apresentamos um sumário das quotas de produção dos maiores países abastecedores do produto. É de se notar a perda de importância relativa das quotas brasileiras e o crescimento de importância dos países indonésios exportadores.

Produção Mundial de cacau (em 100 toneladas métricas)

		87/88	89/90	91/92	93/94
África					
	Camarões	131	121	108	95
	C. do Marfim	667	718	724	800
	Gana	188	295	243	245
	Nigéria	150	170	110	130
	Togo	9	10	4	4
	Outros	39	35	27	25
América Latina					
	Brasil	388	355	296	282
	Colômbia	59	50	49	50
	Equador	77	101	82	90
	México	44	43	45	46
	Peru	12	13	11	11
	Veneza	12	14	15	16
	Outros	9	12	10	10
Caribe					
	Rep. Dominicana	53	57	48	50
	Outros	11	10	9	8
Ásia e Oceania					
	Indonésia	65	115	167	245
	Malásia	227	241	225	220
	P Nova Guiné	33	41	41	38
	Outros	18	20	18	18
Total Mundial		2192	2421	2231	2383

Fonte: Scott (1994)

5.3.4 A CRISE DO MODELO CEPLAC

Conforme citação na íntegra de Menezes (1993), a CEPLAC, a maior e mais bem sucedida intervenção governamental federal no cacau, a partir da década de 60 foi condutora de grandes e profundas transformações tecnológicas e econômicas na região cacaueira. O cacau era visto até meados dos anos 60 como uma agricultura tradicional e em franco declínio e em permanente crise. A CEPLAC foi então criada, precisamente em 1957, durante uma grave crise, ocorrendo queda de preços internacionais simultânea à queda de produção da Bahia. A referência mais comum à CEPLAC não escapa aos seus vínculos com a modernização tecnológica da produção de cacau baseada em pesquisa e extensão. Esta modernização, sem precedentes, foi responsável pela elevação da produção e produtividade, que recuperou para o Brasil a posição à de 2º maior produtor mundial de cacau.

Todavia, a própria CEPLAC não conseguiu superar os desafios nem aproveitar as oportunidades na Região Cacaueira. Apesar de bem intencionada, séria e plausível, suas propostas não foram além de incursões de fomento, apoio à infra-estrutura (estrada, escolas, comunicação, saúde, saneamento, etc.). A CEPLAC, conforme afirma Menezes (1993), não conseguiu superar os desafios, porque a elite técnica e diri-

gente tinha ótica míope e equivocada sobre o que é desenvolvimento ou seja, tornou a região uma "reserva de domínio" e com essa atitude, obstaculizou ou restringiu a presença de outros órgãos estaduais e nacionais de desenvolvimento e nunca trouxe uma missão ou mesmo recursos de organizações internacionais de desenvolvimento como o Banco Mundial. Cumpre destacar que a Região Cacaueira é uma das poucas regiões brasileiras que não foi recipiente de investimentos em dólar. A CEPLAC não integrou a Região Cacaueira com projetos próprios, no circuito ou no fluxo de capital nacional e internacional. Nesse sentido, a própria CEPLAC pode ser considerada como uma das grandes responsáveis por esse isolamento da economia cacaueira.

5.4 A Unidade de Conservação

A escolha do litoral dos municípios de Itacaré e Uruçuca como Área de Proteção Ambiental, possui como objetivo primordial a garantia da qualidade ambiental global da área e a sua inserção em um processo produtivo ecologicamente sustentado. A iniciativa de criação desta unidade de Conservação partiu da Secretaria de Cultura e Turismo do Estado, através da sua Coordenação de Turismo, sendo apoiada pelo CRA. O processo de criação da Unidade de Conservação é pautado nos estudos realizados pelo Estado através do Programa de Desenvolvimento Turístico da Bahia - PRODETUR, especialmente para a Zona Turística da Costa do Descobrimento, que inclui os municípios de Ilhéus e Itacaré.

A administração por parte da Secretaria de Cultura e Turismo justifica-se pela proposta de desenvolvimento econômico vinculado ao turismo ecológico de baixa densidade, associado intimamente ao planejamento ambiental.

A escolha desta área para implementação de uma Unidade de Conservação, possui como base referencial o litoral entrecortado que segue entre o povoado de Serra Grande e a cidade de Itacaré. São praias muito bonitas e de aspecto selvagem, especialmente nos locais onde o relevo ondulado toca o mar, formando uma série de pequenas praias, cercadas de vegetação de floresta atlântica e rochedos, normalmente banhadas por pequenos córregos.

A preocupação do poder público com a decretação da APA, inclui a perspectiva de instituir o planejamento não só da área litorânea, como também da sua porção interior, que estende-se 06 (seis) Km da praia até as fazendas aí existentes. Nesta área interior, encontram-se remanescentes ainda em estado avançado de regeneração, da Mata Ombrófila Densa.

A Área de Proteção Ambiental da Costa de Itacaré/Serra Grande é parte integrante dos municípios de Itacaré e Uruçuca. Taboquinhas, no município de Itacaré e a cidade de Uruçuca, no município de Uruçuca são os dois maiores distritos em população residente e encontram-se fora dos limites da Área de Proteção Ambiental porém estão ligados diretamente a APA pela malha viária. A população desses municípios concen-

APA ITACARÉ / SERRA GRANDE

tra-se na zona rural de Taboquinhas e na cidade de Uruçuca onde estão 88% dos residentes.

Municípios envolvidos / População Residente

Distritos	total	urbana	rural
Itacaré	6.289	2.324	3.965
Taboquinhas	12.142	1.951	10.191
Uruçuca	26.696	8.064	18.632

fonte: censo 1991

A escolha da categoria de APA - Área de Proteção Ambiental, existente no Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC, possuiu como premissa básica a compatibilização da atividade econômica e a ocupação do solo com a preservação ambiental. No interior da APA verificou-se diversas atividades econômicas, destacando-se a agricultura, a pecuária e a exploração madeireira, aliada à recente chega do turismo e ampliação dos serviços ligados a este segmento econômico. A ocupação do solo atual é inteiramente desordenada, prevalecendo a pressão demográfica intrínseca de cada núcleo urbano, destacando-se a problemática vivida pela cidade de Itacaré, acumulando-se problemas de infra-estrutura, planejamento e saneamento básico. As administrações municipais de Itacaré e Uruçuca possuem uma administração convencional, sem a diferenciação do local como Unidade de Conservação e seus cuidados complementares.

5.4.1 LOCALIZAÇÃO E LIMITES

A poligonal que define a Área de Proteção Ambiental de Itacaré/Serra Grande é bem definida, observando-se especialmente a preservação ambiental do litoral e seu entorno, incluindo a estrada que liga Ilhéus a Itacaré. Sua delimitação consiste nos seguintes pontos: ao Norte com o Rio de Contas; ao Sul com o Rio Sargí (limite entre os municípios de Ilhéus e Uruçuca); ao Leste com o Oceano Atlântico e a Oeste com uma linha equidistante a 06 (seis) Km da preamar. O Povoado de Taboquinhas, apesar de possuir ligação direta com a cidade de Itacaré e integrar toda dinâmica socioambiental da APA, encontra-se fora da poligonal, assim como um expressivo maciço contíguo de Mata Atlântica localizado no interior e um pouco mais ao Sul da cidade de Itacaré.

5.4.2 POVOADOS E LOCALIDADES

Serra Grande:

Pequeno povoado situado no topo da Serra Grande, com aproximadamente 700 habitantes e que recebe a cada verão cerca de 300 veranistas. Localiza-se no interior da APA e dá nome à belíssimas praias em suas proximidades. Serra Grande tem uma pequena infra-estrutura composta de: 1 posto de saúde, com a visita semanal de um médico, 1 posto telefônico e 1 posto policial. Tem uma escola primária (até 4ª série), 1 igreja católica, 3 igrejas evangélicas e 3 terreiros de culto afro. Tem um pequeno comércio composto de 3 pequenos restaurantes, 7 mercearias, e alguns botecos, empregando mão de obra familiar. A principal atividade econômica de Serra Grande é a sua serraria que emprega 30 pessoas, no entanto, é mesmo no verão que o povoado recebe seus maiores ingressos de renda com a chegada dos veranistas, que buscam o lazer, principalmente na Praia de Serra Grande, principal atrativo natural de toda região de Uruçuca.

Itacarezinho:

Pequeno povoado costeiro dentro da APA com aproximadamente 8 hectares, possuindo aproximadamente quarenta casas, cujos residentes vivem basicamente da pesca e agricultura de subsistência. Uma escolinha primária e uma "vendinha de interior" de secos e molhados é o único empreendimento local. Itacarezinho é circundada por fazendas e, conforme liderança local, o povoado sofre com a falta de transportes.

Taboquinhas

É o maior povoado do município de Itacaré, com 12.142 habitantes (censo 1991). A localidade está fora da Área de Proteção Ambiental. Sua ligação geográfica com a cidade de Itacaré na APA, se faz de dois modos: uma através da estrada de terra com cerca de 57 km, ou através do Rio de Contas que serve a Taboquinhas e Itacaré.

Apesar de ser um povoado, Taboquinhas possui importância no contexto histórico do município de Itacaré. Esta localidade aglomera a base agrícola do município, especialmente o cultivo do cacau. Recentemente o povoado passou a fazer parte do roteiro turístico de Itacaré, especialmente devido às corredeiras formadas pelo Rio de Contas que o margeia, além de inúmeras cachoeiras e riachos no interior das fazendas de cacau, que encantam os apreciadores do agro-turismo.

5.4.3 PAISAGENS DE DESTAQUE

Os atrativos naturais da área em estudo, conforme consta no EPIA da Estrada Itacaré / Serra Grande, realizada pela COBRAPE 1994, além de caminhadas efetuadas pela equipe técnica que desenvolveu este trabalho no interior da APA, podem-se destacar:

- **Rio de Contas**

À excessão de área próxima a sua foz, que tem uma largura superior a 300 metros e boa profundidade, o Rio da Contas mantém uma largura média de aproximadamente 30 metros. Margeando quase toda sua extensão sul, encontram-se remanescentes da mata Atlântica, com árvores de grande porte, que abrigam uma rica e diversificada fauna. Na região da Vila de Taboquinhas o rio forma inúmeras corredeiras, onde são realizados campeonatos de canoagem de âmbito regional e nacional.

Partindo de saveiro da foz, até a Vila de Taboquinhas - Distrito de Itacaré o percurso de navegação é calmo e o visitante pode desfrutar de uma paisagem tranquila, composta inicialmente de vegetação típica de manguezal, que aos poucos vai cedendo espaço para o denso verde da exuberante Mata Atlântica. Sem dúvida esta excursão representa um dos maiores potenciais turísticos da área. O Rio de Contas representa uma elo de ligação de Itacaré com importantes cidades da região como Jequié, Jitaúna, Ipiaú, Ubatã, Aurelino Leal e Ubaitaba.

- **Manguezal da Barra**

Como bem define o nome, trata-se de típica vegetação de mangue, que forma compacta área às margens do rio de Contas. Inúmeras ilhas fluviais, de manguezal espesso, são habitadas por diversas espécies de mariscos, ao longo do rio.

- **Serra do Capitão**

Situada a aproximadamente a 10 Km da sede municipal, é muito visitada, tendo como principal atrativo a sua mata fechada, de vegetação agreste, que torna a visita uma aventura emocionante.

- **Cachoeira da Ribeira**

Trata-se de uma pequena queda d'água com aproximadamente 1 metro, formada pelo rio Segunda Ribeira. Tem pequena altura e está rodeada de espessa mata e rochedos.

- **Cachoeira do Pinheiro**

Pequena queda com cerca de 8 metros de altura, formada pelo riacho do mesmo nome.

- **Cachoeira do Adorno**

Pequena queda d'água de 8 metros de altura, no riacho do Engenho.

- **Cachoeira do rio do Engenho**

Formada por um afluente do rio de Contas, em meio a espessa mata. O passeio é feito em saveiro, no percurso que sobe o rio de Contas. O acesso ao rio do Engenho é feito por canoas ou caminhando pela mata, até encontrar a cachoeira de extasiante beleza.

- **Rio Piracanga**

Esse é o rio da divisa entre Itacaré e Maraú. Aí existe estrutura de apoio, o que permite se passar o dia pescando, mergulhando e passeando em jangadas

- **Mirante do Dois de Julho**

Desse local, que fica numa elevação vizinha à cidade, pode-se desfrutar de uma ampla visão da sede e também do estuário do rio de Contas.

- **Praia da Corôa (urbana)**

Está situada exatamente em frente à cidade, margeando a Avenida Beira Mar. Quando a maré é cheia suas águas são salgadas, e doces na baixa mar.

- **Praia da Concha (urbana)**

Emoldurada por coqueiral e barrancos. Nessa praia está situada o farol, que vigia a entrada e saída dos navegadores, pelo canal da embocadura do rio de Contas.

- **Praia do Resende (urbana)**

Seu nome é uma homenagem à condessa de Resende, a quem a cidade de Itacaré deve a sua emancipação (1723). Cercada de coqueiral de rara beleza, oferece paz e isolamento devido a pouca frequência.

- **Praia de Tirirca (urbana)**

Já é conhecida dos surfistas pois consta do calendário esportivo, como a 1ª etapa do Bahiano de Surf. Aí existe estrutura de atendimento, com barracas, chuveiros e água mineral natural etc.

- **Praia da Costa (urbana)**

Pequenina, porém aconchegante e rústica, toda cercada de pedras e rochedos.

- **Praia da Ribeira (urbana)**

Daí pode-se admirar a exuberância da mata Atlântica. Toda arrodada de rochedos e dotada de uma linda piscina de água doce, natural, que desce da nascente pela encosta do morro, formando antes, uma cachoeira. Nessa praia existem barracas de comidas e bebidas.

- **Prainhas de Prainha e Jeribucaçu**

São praias de visitação difícil, pois seus acessos estão em propriedades privadas (fazendas) cujos proprietários dificultam o seu alcance. Suas características são semelhantes às praias descritas anteriormente.

- **Praias do Pontal e Barra do Piracanga**

São praias de mar aberto, portanto, com características diferentes das outras já descritas. Ficam à margem esquerda do estuário do Rio de Contas. O acesso é feito exclusivamente por barco, pois tem-se de cruzar o rio de Contas para alcançar a outra margem. A praia de Pontal fica em frente ao canal da foz do rio, já a praia de Piracanga fica a 6 Km de distância. Esta última ganhou notoriedade porque lá foram encontradas diversas espécies de baleias azuis.

- **Praia do Ciríaco**

Esse nome significa "Demônios". Quando a maré está baixa, descobre a entrada de uma pequena caverna, habitada por centenas de morcegos, chamados pelos nativos, de cirícos. É isolada e cercada de muita natureza.

- **Praia de Itacarezinho**

Essa é sem dúvida a maior praia de Itacaré, com cerca de 12 Km de extensão, que vai até a divisa com Serra Grande. Nessa praia está o Porto das Jangadas, no rio Itajuípe. A grandiosidade de sua beleza é completada com a existência de praias absolutamente desertas, como a de Burudanga, Gamboa e Três Coqueiros. Existem cavernas e locais fantásticos para a prática de mergulho. Dista da sede, 15 Km em direção ao sul.

- **Praia da Engenhoca**

Protegida pela barreira verde da Mata Atlântica, é propícia a prática do surf devido à dimensão de suas ondas.

Praia de Pé de Serra

Localizada no final da praia que estende-se desde Ilhéus até Serra Grande, esta praia apresenta como atrativo especial o contraste de relevo provocado pelo encontro da montanha com o mar, desaguando aí um pequeno riacho com algumas nascentes.

Praia da Barra do Sargí

Localiza-se no início Sul da APA, apresentando como atrativo a foz do Rio Sargí, envolto por densa vegetação de manguezal e areias extremamente alvas.

- **Reserva Ecológica da Prainha**

Trata-se de uma área de 180 ha que fica próxima sede. Pertence ao Ministério da Agricultura.

5.4.4 USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

5.4.4.1 Aspectos Gerais

O uso do solo na área estudada, convive atualmente com um processo intenso de transformação, tanto do ponto de vista econômico, quanto da sua estrutura fundiária. A região até bem pouco tempo, possuía uma agricultura voltada para o cultivo do cacau e demais espécies de subsistência. Considerando sua inserção na região cacaueira, pode-se afirmar que a área era considerada como "*de segunda*" ou "*pobre*", tendo em vista a qualidade dos solos na faixa litorânea, seu relevo acidentado e a dificuldade de acesso. O cultivo do coqueiro se dava na reduzida planície costeira e em locais próximos das sedes das fazendas, não consistindo em um produto de expressão local nem regional. Antes da chegada do turismo, a paisagem montanhosa próxima ao mar era vista como um problema operacional para as fazendas aí existentes. O cultivo do cacau sempre foi concentrado na porção interior dos municípios de Itacaré e Uruçuca. A cidade de Itacaré e o povoado de Serra Grande possuíam na extração da madeira e na pesca artesanal, suas alternativas econômicas mais imediatas e seguras. Este quadro sócio-econômico demonstra porque as praias entre Itacaré e Serra Grande permaneceram até o presente com seus atributos naturais inalterados e tão pouco habitada.

A partir da década de setenta, o turismo e sua intrínseca perspectiva econômica, passam a modificar a ótica diante da paisagem e do solo, iniciando um processo novo de aquisição das terras litorâneas, concentrando em grandes propriedades as terras do litoral. O entorno da cidade de Itacaré passa a ser de um único proprietário, estabelecendo com isso, uma grave crise no tocante ao seu processo de expansão urbana. As fazendas entre Itacaré e a Barra do Rio Sargí passam a mudar gradativamente de proprietários, saindo de cena o agricultor local, com todo um envolvimento com a comunidade e sua problemática social e entra em cena o especulador imobiliário, residente, muitas vezes, fora do Estado e do país. Com essa nova ótica econômica, iniciam-se os loteamentos da faixa litorânea, notadamente na planície costeira entre a Barra do Sargí e Serra Grande, seguindo o fluxo de ocupação do litoral de Ilhéus. No entorno de Itacaré ocorrem também os primeiros loteamentos, sempre voltados para o público de fora, inicialmente veranistas e depois proprietários de pousadas. Em função da reduzida oferta de lotes para a população de baixa renda e a falta de planejamento urbano, ocorrem sucessivas invasões nas propriedades próximas de Itacaré.

5.4.4.2 Estrutura Fundiária

A distribuição da Terra, considerando toda a área rural envolvida na poligonal da APA, é relativamente equitativa, tendo pouca importância propriedades de dimensão superior a 1000 hectares, conforme cita COBRAPE 1994.

Ainda conforme estuto da COBRAPE 1994, o qual cita estudo da SUDENE, considerando a amplitude da região cacauzeira da Bahia, demonstrou-se que a mesma, desponta como uma das áreas de menor desigualdade na posse da terra no Estado. Certamente o processo de ocupação da área e o caráter especulativo da agricultura explicam a predominância dos imóveis médios. Inicialmente a posse da terra se deu com o sistema de *sesmarias*, embora não se tenha formado uma estrutura rígida até meados do século passado, fato que explica ter sido o cacau cultivado originalmente em pequenas propriedades disseminadas entre imensos latifúndios ou terras devolutas. A lavoura cacauzeira se realizou, inicialmente, na pequena propriedade, sendo o produto explorado pelo trabalho familiar. Assim foram feitos os primeiros desbravamentos e plantadas as primeiras roças. O progresso econômico e o valor financeiro das terras já desbravadas foram os elementos de atração para implantação de estabelecimentos maiores. A pequena unidade produtora teve, assim, o papel que desempenha até hoje na expansão da fronteira agrícola brasileira, paulatinamente afastada das áreas mais produtivas para as zonas marginais. O expediente de requerer ao Estado a posse de grandes áreas através da burla jurídica dominante nas primeiras décadas da cacauicultura, e o controle de mercado por comerciantes (as vezes também produtores) que acabavam açambarcando terras de pequenos produtores endividados, processo usado até a segunda metade desse século, são fatos que explicam a dominância dos médios estabelecimentos.

Para um melhor entendimento da estrutura fundiária atual, a qual encontra-se em um processo acelerado de redefinições de limites e novos proprietários, realizou-se uma série de entrevistas com moradores antigos e lideranças locais. A pretensão deste entendimento, especificamente na faixa litorânea, é poder estabelecer para o Plano de Manejo, critérios de uso e ocupação para o futuro da área. Identificou-se desta forma, um total de 11 (onze) proprietários entre Itacaré e Serra Grande, os quais serão descritos a seguir, com dados estimados pelos informantes, no sentido Itacaré-Serra Grande:

- Fazenda Conchas

Proprietário: Sr. Julival Góes
Atividade Econômica: Imobiliária
Dimensões do litoral: 3.700 m

- Fazenda Prainha

Proprietário: Sr. Paulo
Atividade Econômica: Coco e empreendimento turístico futuro
Dimensões do litoral: 1000 m

- Fazenda São José

Proprietário: Sr. Kleber Isac
Atividade Econômica: Coco e empreendimento turístico futuro
Dimensões do litoral: 1.800 m

- Fazenda Leão de Ouro

Proprietário: Sr. Luis Mendes

Atividade Econômica: Coco e empreendimento turístico futuro

Dimensões do litoral: 2.300 m

- Fazenda Camboinha

Proprietário: Sr. Luciano

Atividade Econômica: Coco e empreendimento turístico futuro

Dimensões do litoral: 3.500 m

- Fazenda (sem informação)

Proprietário: Sr. Benedito Lessa

Atividade Econômica: Coco e extrativismo

Dimensões do litoral: 1.700 m

- Fazenda São Luis

Proprietário: Sra. Maria Joana

Atividade Econômica: Coco e extrativismo

Dimensões do litoral: 800 m

- Fazenda Miramar

Proprietário: Sr. Antonio Silva

Atividade Econômica: Coco

Dimensões do litoral: 370 m

Fazenda Patizeiro

Proprietário: Sr. Luciano

Atividade Econômica: Coco e empreendimento turístico futuro

Dimensões do litoral: 1.800 m

Fazenda Carioca

Proprietário: (sem informação)

Atividade Econômica: Coco, pecuária e exploração madeireira

Dimensões do litoral: 3.200 m

Fazenda (sem informação)

Proprietário: (sem informação - compra recente)

Atividade Econômica: Coco e empreendimento turístico futuro

Dimensões do litoral: 1.800 m

A partir desta última fazenda, que foi recentemente adquirida por um investidor estrangeiro, inicia-se uma série de pequenos sítios próximos à Serra Grande. De Serra

Grande até a Barra do Sargí, todo o litoral já foi inteiramente subdividido, restando algumas glebas remanescentes, nunca superior a 10.000 m². Os loteamentos existentes não possuem aprovação do CRA, IBAMA ou Prefeitura de Uruçuca, todos executados sem critério de planejamento, soluções de esgotamento sanitário e definição de sistema viário.

5.4.4.3 Estrada Ilhéus - Itacaré

Considerando a Estrada Ilhéus - Itacaré como o referencial maior para a dinâmica futura do uso e ocupação do solo na APA, será descrito na íntegra a seguir, os aspectos naturais existentes no trajeto da Estrada, relatado pelo EPIA da mesma, realizado pela COBRAPE 1994:

Contemplando-se em detalhes os espaços percorridos pela estrada, ressaltam duas grandes áreas de vocação vegetal típicas: de Ilhéus até o Km 35, tem-se um espaço próprio de restinga com a presença de maguezais dispersos nos primeiros 14 quilômetros; à partir do Km 35, quando o relevo assume acentuado, saindo da faixa de planície arenosa, até Itacaré (km 70), destaca-se uma região inerente da própria floresta ombrófila.

• Trecho do Km 0 ao 35:

Nesse espaço a estrada está lançada junto às praias, em toda sua extensão.

Na saída de Ilhéus observa-se a constituição de loteamentos, seguindo-se a presença de sítios e chácaras de veraneio que se dispersam a medida que mais se afastam de Ilhéus, destacando-se a margem esquerda da estrada (sentido Ilhéus/Itacaré) como de maior ocupação.

*A presença de maguezais se faz sentir nos seus primeiros quilômetros, exatamente na área marginal de Ilhéus (área mais influenciada pelo estuário do Rio Almada) e próximo ao Km 14 (Barra Nova). Perto de Ilhéus, o manguezal acompanha a estrada, ocupando áreas ribeirinhas do Rio Almada, apresentando-se sempre com larguras muito pequenas, de porte arbustivo e com predominância do mague-vermelho (*Rhizophora mangle*), sofrendo efeitos exagerados da ocupação urbana (redução de área, desmate, exploração predatória, poluição). Em Barra Nova, também às margens de pequeno manancial, apresenta-se o mangue com as mesmas características anteriores. Em nenhum outro local se fez observar a presença desse ecossistema.*

A área da restinga apresenta duas faces: a restinga arbórea/arbustiva e formações puras de coqueiros.

*A restinga arbóreo-arbustiva caracteriza-se por apresentar elementos arbóreos (nanofanerófitos) bastante diluídos e dispersos, deixando entrever uma vegetação arbustiva mais pujante, constituindo verdadeiro emaranhado. Nessas formações observou-se com destaque o pau-pombo (*Tapirira guianensis* Aubl), o cajueiro (*Anacardium occidentale* L.), as murtas (Gêneros *Myrtus* *Myrciaria*) e algumas palmeiras como o coco (*Cocos nucifera* L), o dendê (*Elaeis guianensis*) e a piaçava (*Attalea funifera*), além, naturalmente, de espécimes arbustivas e herbáceas como as ipomoeas e outras, notadamente designadas como ruderais ou antropófilas.*

Essas formações são mais distintas nos primeiros 18 quilômetros, ainda que se encontre por todo o trecho em pequenas áreas descontínuas e com forte feição antrópica, tendendo a predominar o estrato arbustivo, podendo significar o ecossistema em regeneração. Essas áreas são partes de propriedades ou simplesmente espaços em valorização, em desuso temporário ou já destinados a futuras ocupações.

Nas áreas mais próximas à praia, evidenciadas pelo substrato aluvional marinho mais aparente, constituído pelas areias quartzosa, destaca-se as formações de coqueiros (*cocos nucifera*) que tendem a acompanhar o trecho em toda sua extensão, associado a um irrisório estrato herbáceo constituído de ervas graminóides que, no entanto, agem como fixadoras do substrato impedindo a ação eólica.

Vale ressaltar o acentuado antropismo verificado em todo o trecho, com ocorrência de pequenas áreas de plantio identificadas com a cana-de-açúcar, poucas outras culturas alimentares e pastagem, sem que se observe, no entanto, um caráter de produção efetiva, em escala, deixando entrever sua utilização como subsistência. Da mesma forma, percebe-se a permanência de muitas palmeiras como o coco, o dendê e a piaçava (espécime pioneira) nas áreas ocupadas, possivelmente destinadas a atividade extrativista.

• Trecho do Km 35 ao 70 (Itacaré)

Nesse trecho a estrada assume cotas mais altas e tendência a um afastamento da faixa litorânea, ocupando espaços originais da Floresta Ombrófila Densa. Também bastante antropizado, conta com dois povoados às margens da estrada: Serra Grande, no início do trecho e Alto da Boa Vista já próximo a Itacaré.

De ocupação mais rude, talvez pelas próprias características do ecossistema natural e pela distância de Ilhéus, observa-se a presença de fazendas sob formas de utilização que bem demonstram a sucessão de usos - do florestal para o agrícola.

Essa constatação é evidenciada pela presença de sucessivas áreas descontínuas de formação florestal permeadas por outras de natureza agrícola (pequenos plantios, diminutos reflorestamentos e pastagem), formando mosaicos de intensa modificação e alterações constantes da fisionomia vegetal.

As formações que ainda mantêm características florestais, provavelmente resíduos de antigas explorações madeireiras, caracterizam-se por pequenas áreas, com uma fisionomia ainda importante (alta), estrutura pluriestratificada, sub-bosque mais denso, com os indivíduos arbóreos de maior altura mais espaçados, deixando alguns vazios no complexo dos corpos, determinando uma média densidade de cobertura (em torno de 50%).

A nível dessas formações não se observa mais a presença maciça de espécimes de interesse econômico, apresentando por gêneros típicos o *Porkia* com as jueranas, o *Sloanea* com a gindiba, o *Bombax* com o embiruçu, o *Virola* com as bicuibas, o *Sideroxylon* com o bacumuxá, o *Eclinusa* com os acás e bapebas, o *Terminaria* com os arazás e outros, envolvendo normalmente espécimes molacóxilas, sem valor de mercado, o que vem determinando operações de desmatamento sobre essas áreas.

Foram identificados pequenos plantios e reflorestamentos compostos de culturas de banana, côco, mandioca, cana-de-açúcar, pinus e seringueira (*Hevea brasiliensis*).

As pastagens se apresentam determinando a formação de comunidades manejadas e de substituição, compreendendo as primeiras, os pastos limpos - áreas transformadas para a atividade de pastoreio, caracterizadas por um só estrato formado por vegetação rasteira ou de baixo porte, sempre homogênea; e as comunidades de substituição, conformando os pastos sujos - áreas originalmente transformadas em pastagens e, posteriormente, relegadas ao abandono, podendo ser "a priori" consideradas áreas em primeiro estágio de sucessão vegetal, dentro do processo natural de regeneração da cobertura original, compostas predominantemente por espécimes pioneiras arbustivas e sub-arbóreas, muitas consideradas como invasoras de pastagens.

De forma geral as reconstituições ou regenerações nesse trecho (espécimes de floresta ombrófila) parecem se desenvolver em ritmo mais acelerado, facultando muitas manchas de vegetação secundária.

Observa-se também, a presença constante de indivíduos de porte arbóreo, notadamente palmeiras, distribuídas isoladamente por todo o trecho, com destaque para o dendê e a piaçava (espécime pioneira na região da floresta ombrófila).

Além dessas formações, vale realçar também a presença comum de uma flora acidófila determinada por gramíneas, ciperáceas e filicíneas, destacando-se o sapé (*Imperata Brasiliensis*) e samambaias ou fetos do gênero *Pteridium*, podendo surgir ainda, comunidades gregárias de palmeiras (*Attalea*).

5.4.5 ATIVIDADES ECONÔMICAS

As atividades econômicas na região em estudo mostra-se bastante vulnerável aos efeitos estruturais e conjunturais da monocultura do cacau, não tendo desenvolvido outras potencialidades capazes de contrabalançar os impactos das crises cíclicas e frequentes oscilações de preços a que está sujeita uma monocultura. A elevada concentração de renda e fatores de produção é característica inerente ao tipo de economia agro-exportadora que se desenvolveu na região. Contudo, um fator somou-se a essa característica, contribuindo para formação do atual quadro da crise: a transferência de rendas. Embora o cacau tenha sido, durante muito tempo o "carro chefe" no balanço comercial estadual, muito pouco do excedente gerado permaneceu na região. Os grandes produtores não só buscavam investir seus capitais em outros estados, como também residiam em outros locais, conforme cita COBRAPE, 1994.

Apesar de sua inserção na região cacaueira do Estado, a área eleita na poligonal da APA difere um pouco desta realidade no seu âmbito específico, tendo em vista a sua localização restrita à porção litorânea diante do contexto regional, conforme descrito no Capítulo do Uso e Ocupação do Solo.

Diante desta realidade específica, que inclui apenas o contexto da Unidade de Conservação, identificou-se uma série vetores formadores de renda, as quais determinam

o seu perfil sócio-econômico. Além dos dados secundários obtidos, a equipe técnica aplicou questionários nas principais localidades existentes na APA, concluindo-se, portanto, nas seguintes atividades econômicas:

Pesca Artesanal:

Exercida em toda a região de forma livre e artesanal, consistindo, muitas vezes, em atividade de subsistência e complemento de renda para trabalhadores rurais. Apenas em Itacaré a pesca é organizada em forma de Cooperativa, não dispondo porém, de recursos mais avançados e sem tecnologia aplicada à pesca. Não possui expressão econômica e pode ser considerada também como atividade de subsistência. As embarcações utilizadas são pequenos barcos de madeira, normalmente com motorização diesel, servindo-se de redes para captura em mar aberto e arrastões para captura de camarões. Em alguns meses do ano, normalmente no verão, a pesca pode ser feita de "arrasto" ou "de fundo". Os barcos deslocam-se até cerca de 5 milhas da costa, podendo atingir o litoral de Ilhéus, Maraú e Camamu. Na localidade de Serra Grande e na Barra do Sargi, esta atividade ainda é mais rudimentar, pois os pescadores utilizam apenas pequenas jangadas para lançarem-se ao mar.

Pesca da Lagosta

A pesca da lagosta difere bastante da pesca artesanal, pois sua influência na economia local não provém especificamente da atividade pesqueira e sim dos serviços gerados por ela. Esta pesca é feita normalmente por barcos maiores, provenientes de outros portos, tais como Valença, Porto Seguro, Ilhéus, etc., além de outros Estados, como Recife e Fortaleza. A pesca é feita no litoral de Itacaré e os barcos regressam ao porto local para retirarem a cabeça da lagosta e prepara-las para o transporte. A cidade de Itacaré envolve-se apenas nas atividades de beneficiamento, sendo o produto todo exportado para outros Estados e até para fora do país, sem que o município recolha qualquer tipo de impostos sobre a atividade pesqueira ou sobre a sua comercialização, conforme relata moradores da cidade. Esta atividade envolve apenas os moradores da cidade de Itacaré, salvo pescadores do povoado de Itacarezinho e Serra Grande que deslocam-se para Itacaré na época da pesca da lagosta.

Comércio (botecos, bares, armazens, lojas e pequenos mercadinhos):

Pequenos negócios, limitados pelo tamanho da procura local e que empregam em sua maioria mão de obra familiar. Este tipo de atividade é de fácil identificação pela Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia. Considerando todo o município de Itacaré, o mesmo é responsável pela arrecadação de 9% do ICMS conforme dados de 1990 da mesma Secretaria. Este tipo de atividade ocorre também em Serra Grande, sem um controle mais rígido da arrecadação estadual.

Madeireiras e Serrarias:

Por toda a APA é notória a atividade madeireira e de serrarias como também a utilização de queimadas para formação de pastos com aproveitamento da madeira como lenha. Verificamos que 91% da arrecadação de ICMS do município de Itacaré em 1990, conforme dados da Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia, se refere a atividade madeireira. Apesar do povoado de Serra Grande possuir uma grande serraria em atividade, devendo interferir significativamente na oferta de empregos e renda da localidade, esta atividade foi responsável apenas por 16% do ICMS do município de Uruçuca. Apesar de ser percentualmente menor que a mesma atividade em Itacaré, segundo a mesma fonte, em valores reais, o ICMS é um pouco maior que neste município, correspondendo a um volume maior de madeira extraído em Uruçuca.

Serviços ligados ao turismo:

Ainda sem expressividade na economia da região, porém com indicativos de crescimento, o turismo, como nas regiões costeiras vizinhas, principalmente Morro de São Paulo e Ilhéus, tende a se instalar gradualmente. Todo um conjunto de fatores favoráveis, sinalizam um significativo potencial econômico nesta área, contudo, as primeiras iniciativas por falta de planejamento, vem ocorrendo de forma desordenada e sem resultados significativos na arrecadação municipal. Os valores decorrentes desta atividade são muito informais, normalmente revertidos em renda para a população mais carente através da oferta de serviços diversos (cozinheiras, arrumadeiras, caseiros, vigias, motoristas, etc.), além da valorização tanto dos imóveis como do solo urbano.

No município de Itacaré, onde esta atividade é mais visível e incorporada à rotina dos seus habitantes, percebe-se uma verdadeira transformação no panorama visual das residências, quase todas transformadas em pousadas, restaurantes e pequenos comércios. No povoado de Serra Grande o turismo ainda é feito em sua maioria por veranistas, residentes na cidade de Uruçuca e Ilhéus, não sendo ainda uma parada conhecida pelo o turismo de visitação. Em 1992 Itacaré dispunha da seguinte infraestrutura de apoio, registrada pelo CEI:

Estabelecimentos de hospedagem por categoria, aposentos e leitos, em Itacaré, 1992

Estabelecimentos					Número de aposentos	Número de leitos
Hotéis	Pousadas	Pensões	Outros	Total		
-	5	12	2(1)	19	106	266

Fonte: Prefeitura Municipal e CEI (pesquisa direta jul/92)

(1) Camping.

Nota: Os dados referem-se aos estabelecimentos credenciados na prefeitura

Estabelecimento de hospedagem por categoria, aposentos e leitos em Uruçuca, 1992

Estabelecimentos					Número de aposentos	Número de leitos
Hotéis	Pousadas	Pensões	Outros	Total		
-	2	1	-	3	14	45

Fonte: Prefeitura Municipal e CEI (pesquisa direta jul/92)

Nota: Os dados referem-se aos estabelecimentos credenciados na prefeitura

Atividade Imobiliária:

A gradual divulgação da região como área de interesse turístico vem aquecendo esta atividade muito embora ainda inexpressiva, considerando o fluxo oficial de valores. Observa-se a construção de pousadas grandes e pequenas, áreas de camping, mudança e renovação de fachadas, estabelecendo-se uma diversidade arquitetônica no local. Isto tem movimentado o comércio de materiais de construção e gerado empregos temporários nas obras. Percebe-se uma série de negócios sendo efetuados nas propriedades agrícolas com objetivos turísticos e a consolidação do Loteamento da Fazenda Conchas, nas proximidades da cidade de Itacaré, que já tem a sua primeira etapa praticamente toda comercializada e edificada parcialmente. No início da APA na porção Sul, especialmente entre a Barra do Sargi e Pé de Serra, é intensa a atividade imobiliária, com características de alta densidade e falta de planejamento.

Agricultura e Pecuária:

Conforme já citado anteriormente, apesar da área em estudo estar vinculada diretamente com a região cacaujeira e atrelada às suas ramificações indiretas, a base da agricultura local não é o cultivo do cacau, tendo em vista a sua localização litorânea. Destaca-se no interior da poligonal da APA o cultivo de côco e as culturas de subsistência, especialmente a mandioca. No âmbito municipal, Itacaré e Uruçuca consistem em dois municípios tipicamente inseridos na região cacaujeira, conforme demonstra as tabelas abaixo:

Produção, área colhida e rendimento dos principais produtos agrícolas em Itacaré, 1980 - 1989.

Produto	1980			1985			1988			1989		
	Produção (t)	Área (ha)	Rendimento (kg/ha)	Produção (t)	Área (ha)	Rendimento (kg/ha)	Produção (t)	Área (ha)	Rendimento (kg/ha)	Produção (t)	Área (ha)	Rendimento (kg/ha)
Mandioca	6347	793	8004	2166	391	5540	1950	150	13000	2145	165	13000
Banana(1)	914	901	1014	774	1418	546	160	200	800	156	195	800
Cacau	6641	8489	782	7831	10509	745	5190	8650	600	6055	8650	700
Coco(1)	227	58	3914	139	30	4633	6	2	3000	435	87	5000
Laranja(2)	331	1	331000	106	3	35333	280	4	70000	280	4	70000

Fonte: IBGE

(1)Quantidade produzida em 1000 cachos e rendimento médio em cachos/ha.

(2)Quantidade produzida em 1000 frutos e rendimento médio em frutos/ha.

Produção, área colhida e rendimento dos principais produtos agrícolas em Uruçuca, 1980 - 1989.

	Produto	Cana-de-açúcar	Mandioca	Cacau	Laranja ¹	Tangerina ¹
1980	Produção (t)	-	3074	9645	126	-
	Área (ha)	-	20937	14835	3	-
	Rendimento (Kg/ha)	-	147	650	42000	-
1985	Produção (t)	-	9786	10281	14	-
	Área (ha)	-	397	19198	-	-
	Rendimento (Kg/ha)	-	24650	536	-	-
1988	Produção (t)	1400	8060	3404	1416	76800
	Área (ha)	35	620	6808	22	960
	Rendimento (Kg/ha)	40000	13000	500	78000	80000
1989	Produção (t)	-	3000	3404	1716	76800
	Área (ha)	-	200	6808	22	960
	Rendimento (Kg/ha)	-	15	500	7800	80000

Fonte: IBGE

¹ Quantidade produzida em 1000 frutos e rendimento médio frutos/ha

A pecuária não consiste ainda em uma alternativa econômica local e muito menos regional, mesmo com o declínio da lavoura cacaueira. No interior da APA observou-se algumas pastagens em formação, destacando-se a Fazenda Carioca, localizada no início da Estrada entre Itacaré e Serra Grande. No contexto municipal nota-se uma tendência de expansão da pecuária, conforme tabelas abaixo:

Efetivo dos principais rebanhos em Itacaré, 1980 - 1989

Rebanho	1980	1985	1988	1989
Bovinos	1704	2150	2010	2200
Suínos	505	296	280	300
Muões	2169	2197	1250	1270

Fonte: IBGE

Área e utilização das terras por classe de atividade econômica em Uruçuca, 1980 - 1985

Ano	Área (ha)				
	Total ¹	Lavoura	Pastagens	Matas e florestas	Terras em descanso e terras produtivas não utilizadas
1980	41896	21443	4163	8170	6604
1985	46377	26235	5394	7863	5674

Fonte: IBGE

¹ Área total dos estabelecimentos, inclusive terras inaproveitáveis.

5.4.6 ASPECTOS CULTURAIS

Os aspectos culturais das comunidades existentes na APA são descritos a seguir:

Arquitetura Religiosa:

Igreja de São Miguel - Foi erguida no ano de 1723 e está assentada sobre uma pequena elevação em frente ao rio de Contas. No seu acervo existe um pequeno oratório em estilo rococó, conserva as imagens de São Miguel, São Sebastião, Santo Antonio e Senhor dos Passos, essa última em tamanho natural.

Arquitetura Civil:

Casa dos Padres na Rua Plínio Soares, 2. Casa construída sobre porão alto, edificada pelos jesuítas no início do século XVIII, em telhado de quatro águas.

Arquitetura Militar

Ruínas do Forte São Miguel.

Manifestações Tradicionais e Populares:

- Festa de São Miguel: é marcada por manifestações populares, de cunho religioso e profano, em homenagem ao Santo padroeiro da cidade. Antecedido por ofícios religiosos (novenário) estes festejos alcançam seu ponto alto no dia 29/09;

- Festa de São Francisco de Assis: comemorado no dia 04/10, com a realização de uma procissão fluvial-marítima, que saindo de Itacaré (margem direita do rio de Contas) navega até a praia de Pontal, na sua foz. Os festejos a São Francisco de Assis são considerados como continuidade dos festejos de louvor a São Miguel;

- Sábado de Aleluia - Os festejos da queima de Judas são vividos com muita animação em Itacaré, com maior predominância na área rural, sem perda da sua importância na sede. O ponto alto é a queima do Judas, quando é apresentado o seu testamento que provoca muita animação nos presentes;

- Dois de Julho - São comemorações da Independência da Bahia e constam de desfile cívico, durante o dia. Após os festejos oficiais o povo vai para a praça comemorar, dançando o samba de roda;

APA ITACARÉ / SERRA GRANDE

- Rancho do Bicho - denominação local para o bumba-meu-boi, manifestação popular no dia de Reis (06/01). Trata-se de dois homens, que sob um pano encimado numa das extremidades por chifres, à maneira de um boi acometa contra a multidão que acompanha dançando e cantando canções próprias da época (reisado);

5.4.7 INDICADORES SOCIAIS

5.4.7.1 Saúde

A situação da saúde em Itacaré, não difere muito de outras regiões do estado. Os dados da saúde revelam-se deficitários quando analisados em conjunto com os dados demográficos neste mesmo estudo:

ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE POR ESPÉCIE E LEITOS, PÚBLICOS E PARTICULARES EM ITACARÉ, 1980 - 1991

Ano	Estabelecimento							Número de leitos		
	Público				Particular		Total	Público	Particular	Total
	Posto	Centro	PAM e POL(1)	Hospital	PAM e POL(1)	Hospital				
1980	-	2	-	-	-	1	3	-	9	9
1985	1	1	1	-	-	1	4	-	5	5
1987	1	1	1	-	-	1	4	-	5	5
1991 (2)	2	1	1	-	1	-	5	-	-	-

Fonte: CIS, Prefeitura Municipal e CEI (Pesquisa Direta Jul./92).

(1)PAM = Posto de Atendimento Médico

POL = Policlínica

(2)Dados preliminares

PESSOAL OCUPADO NOS ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE, SEGUNDO O TIPO DE OCUPAÇÃO EM ITACARÉ, 1992

Tipo de Ocupação	Total de profissionais	Local de residência do profissional	
		No município	Fora do município
Agente de Saúde	-	-	-
Assistente Social	-	-	-
Auxiliar de enfermagem	6	6	-
Bioquímico	-	-	-
Dentista	1	-	1
Enfermeiro	-	-	-
Médico	1	-	1
Nutricionista	-	-	-
Técnico em radiologia	-	-	-
Fisioterapeuta	-	-	-
Outros	7	7	-

Fonte: Secretaria de Saúde do Município e CEI (Pesquisa Direta Jul./92).

APA ITACARÉ / SERRA GRANDE

Os dados da saúde revelam-se deficitários para os habitantes de Uruçuca, quando comparados com os dados demográficos municipais.

ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE POR ESPÉCIE E LEITOS, PÚBLICOS E PARTICULARES EM URUÇUCA, 1980 - 1991

Ano	Estabelecimento							Número de leitos		
	Público				Particular		Total	Público	Particular	Total
	Posto	Centro	PAM e POL(1)	Hospital	PAM e POL(1)	Hospital				
1980	-	1	-	-	-	-	1	-	-	-
1985	1	2	3	-	-	1	7	-	6	6
1987	-	3	3	1	-	3	10	70	55	125
1991 (2)	1	2	2	-	3	-	8	-	-	-

Fonte: CIS, Prefeitura Municipal e CEI (Pesquisa Direta Jul./92).

(1)PAM = Posto de Atendimento Médico

POL = Policlínica

(2)Dados preliminares

PESSOAL OCUPADO NOS ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE, SEGUNDO O TIPO DE OCUPAÇÃO EM URUÇUCA, 1992

Tipo de Ocupação	Total de profissionais	Local de residência do profissional	
		No município	Fora do município
Agente de Saúde	-	-	-
Assistente Social	-	-	-
Auxiliar de enfermagem	9	9	-
Bioquímico	-	-	-
Dentista	4	3	1
Enfermeiro	-	-	-
Médico	5	4	1
Nutricionista	-	-	-
Técnico em radiologia	-	-	-
Fisioterapeuta	-	-	-
Outros	1	1	-

Fonte: Secretaria de Saúde do Município e CEI (Pesquisa Direta Jul./92).

- Educação

Com quantidade insuficiente de escolas, o analfabetismo no município de Itacaré atinge 60% em todo o município, caindo apenas para 53% no Distrito de Itacaré, onde existem 3 pequenas escolas para o 1º grau e uma escola do 2º grau, voltada para o ensino do magistério.

APA ITACARÉ / SERRA GRANDE

ALFABETIZAÇÃO, POPULAÇÃO RESIDENTE DE 5 ANOS OU MAIS DE IDADE/ITACARÉ

Distritos	Total	Alfabetizados	Não Alfabetizados
Itacaré	5.292	2.473	2.819
Taboquinhas	10.233	3.620	6.613

Fonte: Censo 1991

CHEFES DE DOMICÍLIOS PARTICULARES POR ANO DE ESTUDO/ITACARÉ

Distritos	total	anos de estudo					
		sem instrução e menos de 1 ano	1 a 3 anos	4 a 7 anos	8 a 10 anos	11 a 14 anos	15 anos ou mais
Itacaré	1.322	723	329	171	42	45	12
Taboquinhas	2.713	1.771	715	170	28	27	2

fonte: censo 1991

Com um quadro revelador de um índice de analfabetismo superior 50%, a situação do município de Uruçuca não é muito diferente do município de Itacaré.

ALFABETIZAÇÃO, POPULAÇÃO RESIDENTE DE 5 ANOS OU MAIS DE IDADE/URUÇUCA

Distritos	Total	Alfabetizados	Não Alfabetizados
Uruçuca	26.696	12.186	14.510

fonte: censo 1991

CHEFES DE DOMICÍLIOS PARTICULARES POR ANO DE ESTUDO/URUÇUCA

Distrito	Total	anos de estudo					
		sem instrução e menos de 1 ano	1 a 3 anos	4 a 7 anos	8 a 10 anos	11 a 14 anos	15 anos ou mais
Uruçuca	6.580	3.664	1.536	958	154	231	37

fonte: censo 1991

- Demografia

Ocorreu um crescente aumento na densidade demográfica no município de Itacaré, passando de 18,91 habitantes/km² em 1970 para 24,53 habitantes/km² em 1991.

MUNICÍPIO DE ITACARÉ - POPULAÇÃO RESIDENTE, TAXA DE URBANIZAÇÃO E DENSIDADE DEMOGRÁFICA

Ano	População residente			Taxa de urbanização (%)	Densidade demográfica (hab/km ²)
	Total	Urbana	Rural		
1970	14104	2617	11487	18,56	18,91
1980	13211	3027	10184	22,91	17,71
1991	18300	4248	14052	23,21	24,53

Fonte: IBGE e CEI

Os dados abaixo relativos a estrutura da população, mostram uma grande quantidade de população jovem, conforme o censo de 1991. Se projetarmos esta situação para 1995, ela será ainda maior. É um dado preocupante, pois é justamente esta população que chega à idade adulta em busca do já reduzido mercado de trabalho, sem nenhuma qualificação, como podemos concluir observando os dados censitários relativos à educação.

ESTRUTURA DA POPULAÇÃO DE ITACARÉ (Distrito)

Grupos de Idade	Homem	Mulher	Total	Urbana	Rural	Total
0 a 4 anos	509	488	997	294	703	997
5 a 9 anos	500	453	953	302	651	953
10 a 14 anos	480	433	913	325	588	913
15 a 19 anos	354	277	631	248	383	631
20 a 24 anos	287	231	518	218	300	518
25 a 29 anos	211	205	416	176	240	416
30 a 34 anos	169	164	333	123	210	333
35 a 39 anos	152	136	288	110	178	288
40 a 44 anos	148	112	260	103	157	260
45 a 49 anos	117	94	211	83	128	211
50 a 54 anos	99	96	195	78	117	195
55 a 59 anos	84	69	153	63	90	153
60 a 64 anos	73	65	138	48	90	138
65 a 69 anos	49	48	97	48	49	97
70 a 74 anos	40	31	71	30	41	71
75 a 79 anos	29	23	52	34	18	52
80 anos ou +	25	38	63	41	22	63

fonte: censo 1991

ESTRUTURA DA POPULAÇÃO DE TABOQUINHAS/ITACARÉ

Grupos de idade	Homem	Mulher	Total	Urbana	Rural	Total
0 a 4 anos	943	966	1909	263	1646	1909
5 a 9 anos	1005	942	1947	309	1638	1947
10 a 14 anos	911	804	1715	309	1406	1715
15 a 19 anos	661	490	1151	188	963	1151
20 a 24 anos	539	460	999	144	855	999
25 a 29 anos	402	411	813	127	686	813
30 a 34 anos	440	344	784	130	654	784
35 a 39 anos	326	249	575	91	484	575
40 a 44 anos	292	278	570	95	475	570
45 a 49 anos	212	192	404	73	331	404
50 a 54 anos	187	142	329	57	272	329
55 a 59 anos	200	112	312	31	281	312
60 a 64 anos	128	86	214	36	178	214
65 a 69 anos	90	67	157	38	119	157
70 a 74 anos	72	46	118	24	94	118
75 a 79 anos	52	33	85	25	60	85
80 anos ou mais	29	31	60	11	49	60

fonte: censo 1991

O município de Uruçuca teve sua população dobrada no período que vai de 1970 a 1991, tanto na área rural como urbana. A densidade demográfica saltou de 34,37 habitantes/km², para 68,39 habitantes/km² no mesmo período.

MUNICÍPIO DE URUÇUCA - POPULAÇÃO RESIDENTE, TAXA DE URBANIZAÇÃO E DENSIDADE DEMOGRÁFICA

Ano	População residente			Taxa de urbanização (%)	Densidade demográfica (hab/km ²)
	Total	Urbana	Rural		
1970	15123	5578	9545	36,88	34,37
1980	21939	9571	12368	43,63	49,86
1991	30678	9040	21638	29,47	68,39

Fonte: IBGE e CEI

Assim como em Itacaré, os dados abaixo relativos a estrutura da população mostram uma grande quantidade de população jovem de acordo com o censo de 1991, agravando-se o problema da falta de emprego e distribuição de renda.

APA ITACARÉ / SERRA GRANDE

ESTRUTURA DA POPULAÇÃO DE URUÇUCA

grupos de idade	homem	mulher	total	urbana	rural	total
0 a 4 anos	2110	1957	4067	976	3091	4067
5 a 9 anos	2327	2112	4439	1095	3344	4439
10 a 14 anos	2205	2134	4339	1271	3068	4339
15 a 19 anos	1833	1653	3486	1062	2424	3486
20 a 24 anos	1541	1331	2872	908	1964	2872
25 a 29 anos	1213	1100	2313	692	1621	2313
30 a 34 anos	1035	904	1939	569	1370	1939
35 a 39 anos	846	740	1586	477	1109	1586
40 a 44 anos	754	637	1391	411	980	1391
45 a 49 anos	578	520	1098	358	740	1098
50 a 54 anos	527	422	949	297	652	949
55 a 59 anos	356	287	643	226	417	643
60 a 64 anos	305	256	561	214	347	561
65 a 69 anos	244	172	416	175	241	416
70 a 74 anos	168	127	295	139	156	295
75 a 79 anos	117	94	211	92	119	211
80 anos ou mais	83	75	158	78	80	158

fonte: censo 1991

- Saneamento

A questão do saneamento ambiental na APA de Itacaré/Serra Grande, especialmente na cidade de Itacaré, é um fator extremamente preocupante, tendo em vista a crescente demanda turística e a deficiente infra-estrutura sanitária verificada, conforme observa-se nos dados abaixo relacionados:

DOMICÍLIOS POR USO E ESCOADOIRO DA INSTALAÇÃO SANITÁRIA/ITACARÉ

Distritos	Total	Uso e escoadouro da instalação sanitária							
		Informação por Domicílio							
		Total	Rede geral	Fossa séptica		Fossa rudimentar	vala	outro	não sabe
				Ligada a rede pluvial	Sem escoadouro				
Itacaré	1322	465	2	45	122	168	86	11	31
Taboquinhas	2713	678	-	14	87	300	157	103	17

fonte: censo 1991

APA ITACARÉ / SERRA GRANDE

DOMICÍLIOS POR USO E ESCOADOIRO DA INSTALAÇÃO SANITÁRIA/ITACARÉ

Distritos	Uso e escoadouro da instalação sanitária								
	Uso Comum								não tem
	Total	Rede geral	Fossa séptica		Fossa rudimentar	vala	outro	não sabe	
			Ligada a rede pluvial	Sem escoadouro					
Itacaré	13	-	2	1	3	7	-	-	844
Taboquinhas	67	-	1	7	22	24	12	1	1968

fonte: censo 1991

A coleta e o destino do lixo na cidade de Itacaré é extremamente precário, tendo em vista a deficiência deste serviço efetuado rotineiramente, assumindo proporções maiores durante o verão, especialmente durante o carnaval.

DOMICÍLIOS POR DESTINO DO LIXO/MUNICÍPIO DE ITACARÉ

Distritos	Total	destino do lixo							
		Coletado			Queimado	Enterrado	Lançado		Outros
		total	diretamente	indiretamente			terreno baldio	rio, lago ou mar	
Itacaré	1322	327	283	44	81	20	524	35	335
Taboquinhas	2713	182	66	116	27	31	1875	40	558

fonte: censo 1991

O despejo dos esgotos sanitários sem tratamento, assim como o destino inadequado do lixo, possuem implicações sérias no abastecimento de água potável do município de Itacaré, uma vez que boa parte dos seus pontos de captação de água para consumo, são provenientes geralmente dos rios, nascentes e fontes. Existem pesquisas sendo realizadas com o objetivo de identificar novos mananciais capazes de suprir a crescente demanda por água potável.

DOMICÍLIOS POR ABASTECIMENTO DE ÁGUA/ITACARÉ

Distritos	Total	Abastecimento de água					
		Com canalização interna			Sem canalização interna		
		Rede geral	Poço ou nascente	Outra forma	Rede geral	Poço ou nascente	Outra forma
Itacaré	1322	273	14	3	137	614	281
Taboquinhas	2713	-	194	62	-	1449	1008

fonte: censo 1991

APA ITACARÉ / SERRA GRANDE

Ainda analisando o interior da APA, a localidade de Serra Grande, já no município de Uruçuca, dispõe de água encanada, captada em uma represa próxima da localidade. Os domicílios não possuem esgotamento sanitário e utilizam fossas negras. O lixo é coletado irregularmente e lançado em um aterro também próximo do núcleo urbano.

- Emprego e Renda

A região tem excesso de oferta de mão de obra, a maioria não qualificada para a demanda do mercado de trabalho existente e para as projeções futuras, que é a indústria do turismo. Este quadro é agravado pela crise na atividade econômica básica que é a lavoura do cacau, colocando em disponibilidade um exército de mão de obra de reserva, com poucas chances de aproveitamento imediato neste mercado de trabalho.

POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA, SEGUNDO OS SETORES DE ATIVIDADE EM ITACARÉ, 1970 - 1980

Setor de atividade	Ano					
	1970			1980		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
Agricultura	3904	238	4142	3061	468	3529
Indústria	120	-	120	147	9	156
Comércio	90	4	94	156	24	180
Serviços	18	99	117	91	182	273
Transportes	28	-	28	58	-	58
Administração pública	44	16	60	61	20	81
Atividades sociais	11	38	49	9	100	109
Outras atividades	39	-	39	42	3	45
Total	4254	395	4649	3625	806	4431

Fonte: IBGE

RENDIMENTO MÉDIO MENSAL DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA POR SEXO EM ITACARÉ, 1980

Rendimento médio mensal	1980		
	Total	Masculino	Feminino
Até ½ SM	839	328	511
Mais de ½ a 1 SM	2317	2111	206
Mais de 1 a 2 SM	666	599	67
Mais de 2 a 5 SM	452	391	61
Mais de 5 a 10 SM	117	110	7
Mais de 10 a 20 SM	31	28	3
Mais de 20 SM	16	16	-
Sem rendimentos	4116	1026	3090
Sem declaração	28	12	16
Total	8582	4621	3961

Fonte: IBGE - Nota: SM = Salário Mínimo

POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA, SEGUNDO OS SETORES DE ATIVIDADE EM URUÇUCA, 1970 - 1980

Setor de atividade	Ano					
	1970			1980		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
Agricultura	3708	135	3846	4321	453	4774
Indústria	230	35	265	657	125	782
Comércio	210	25	235	276	86	362
Serviços	112	206	318	152	226	378
Transportes	100	-	100	210	7	217
Administração pública	102	4	106	293	41	334
Atividades sociais	37	64	101	223	86	309
Outras atividades	79	15	94	100	14	114
Total	4578	487	5065	6232	1038	7270

Fonte: IBGE

RENDIMENTO MÉDIO MENSAL DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA POR SEXO EM URUÇUCA, 1980

Rendimento médio mensal	1980		
	Total	Masculino	Feminino
Até ½ SM	777	309	468
Mais de ½ a 1 SM	3767	3327	440
Mais de 1 a 2 SM	1737	1545	192
Mais de 2 a 5 SM	862	777	85
Mais de 5 a 10 SM	118	103	15
Mais de 10 a 20 SM	66	66	-
Mais de 20 SM	36	33	3
Sem rendimentos	7665	2022	5643
Sem declaração	122	68	54
Total	15150	8250	6900

Fonte: IBGE

Nota: SM = Salário Mínimo

5.5 ÁREA DE INFLUÊNCIA INDIRETA

Considera-se Área de Influência Indireta, as cidades ou localidades que mesmo não estando inseridas dentro da poligonal da APA, mas possuem uma forte interferência na sua dinâmica sócio-econômica. No caso da APA de Itacaré/Serra Grande, percebe-se uma forte influência dos seguintes locais:

5.5.1 O MUNICÍPIO DE ILHÉUS

O município de Ilhéus reflete basicamente o "carro-chefe", de toda a dinâmica que envolve os destinos da região cacaueira do Estado. Com uma importância política de amplitude nacional, Ilhéus representa o símbolo de toda a região. A inserção da Costa de Itacaré no roteiro do PRODETUR e a própria existência da APA de Itacaré/Serra Grande, são resultantes da lógica desenvolvimentista traçada para a região como um todo, tendo em vista, inclusive, a existência do aeroporto de Ilhéus, o que possibilita o desenvolvimento de um projeto turístico para o litoral de Itacaré e Uruçuca em moldes nacionais e internacionais.

Ilhéus é uma cidade que define história. A Bahia e o Brasil possuem em Ilhéus um referencial de qualidade, lembrada sempre nos romances de Jorge Amado e Adonias Filho, além de inúmeros outros contadores de "casos" que ocorreram nas terras do cacau.

Com a recente crise na economia cacaueira, Ilhéus entra pesado na perspectiva do turismo como alternativa econômica local e regional. Dispondo de uma boa infraestrutura hoteleira em processo avançado de expansão, a cidade conta ainda com um aeroporto de porte médio, com 2 Km de pista pavimentada, estando operando as principais companhias aéreas nacionais, com vôos regulares para varias cidades do Brasil.

Ilhéus produz essencialmente cacau, vindo em segundo lugar a mandioca, além do feijão, milho, mandioca, banana, coco, piaçava e borracha.

Produção, área e rendimento dos principais produtos agrícolas, 1980 - 1989

Produto		Cana-de-açúcar	Mandioca	Milho	Cacau	Laranja ¹
1980	Produção (t)	-	6804	13	33110	119
	Área (ha)	-	771	23	50953	-
	Rendimento (Kg/ha)	-	8825	565	650	-
1985	Produção (t)	1	14486	20	45818	67
	Área (ha)	-	1178	34	73606	5
	Rendimento (Kg/ha)	-	12297	588	622	13400
1988	Produção (t)	10000	40300	45	40092	7176
	Área (ha)	250	3100	30	80183	92
	Rendimento (Kg/ha)	40000	13000	1500	500	78000
1989	Produção (t)	12000	39000	30	40092	8892
	Área (ha)	300	3000	30	80	114
	Rendimento (Kg/ha)	40000	13000	1000	500	78000

Fonte: IBGE

¹ Quantidade produzida em 1000 frutos e rendimento médio frutos/ha

Uma das mais importantes praças comerciais do estado, o seu porto é um grande centro exportador da Bahia. Dispõe de um distrito industrial, com algumas dezenas de indústrias em operação. Por último, porém com grande importância, vem ganhando força nos últimos anos a exploração da atividade turística.

Na medida em que a lavoura cacaueteira atual enfrenta uma grave crise, decorrente principalmente da *vassoura de bruxa* e do aumento na competitividade internacional, que força uma terrível queda de braço nos preços, Ilhéus vai por outro lado ganhando fama e sendo difundida local e internacionalmente através de novelas, livros e filmes. Por um capricho da natureza, situado numa latitude privilegiada, o município de Ilhéus tem o brilho do sol durante pelo menos 300 dias no ano, além de ser cercado de atrativos naturais. A cada ano as estatísticas registram um número maior de visitantes, tendo a Prefeitura e o CEI registrado em 1992.

Estabelecimentos de hospedagens por categoria, aposentos e leitos, 1992

Estabelecimento					Números de aposentos	Números de leitos
Hotéis	Pousadas	Pensões	Outros	Total		
22	39	11	-	72	1497	4849

Fonte: prefeitura Municipal e CEI (Pesquisa Direta, Jul./92)

Nota: Os dados referem-se aos estabelecimentos credenciados na Prefeitura.

As principais atrações do município são: A cachoeira do Rio do Engenho, as Praias do Sul até Olivença, as Praias do Norte até a Barra do Rio Sargi, a Reserva da Mata da Boa Esperança, a Lagoa Encantada, além da própria cidade com seus casarões da época áurea do cacau, diversos bares e restaurantes, onde destaca-se o Vezúvio.

Por isso tudo, esta região caminha para ser um dos mais importantes pólos turísticos do Nordeste, sem contudo existir normas disciplinares que permitam compatibilizar a atividade turística com o desenvolvimento sustentado e a preservação ambiental.

A criação do município de Ilhéus é de 25/04/1535, tendo sua origem na época das Capitânicas Hereditárias, cujo nome anterior era São Jorge de Ilhéus. O município possui as seguintes vilas e povoações: Aritagua, Banco Central, Banco da Vitória, Castelo Novo, Coutos, Inema, Japu, Olivença, Pimenteira, Rio do Braço, Sambaituba, Uruçuca, Areias, Olandi e Juerana. Possui fronteiras com os seguintes municípios: Aurelino Leal, Buerarema, Coaraci, Itabuna, Itacaré, Itajuípe, Itapitanga, Una, Uruçuca e o Oceano Atlântico.

A área total do município é de 1.712 Km², estando distante 463 Km de Salvador. Suas características ambientais são típicas das regiões tropicais do Planeta,

Clima

Tipo climático: Úmido

Temperatura média anual: Média: 24.3°C;
Máxima: 27.8°C;
Mínima: 20.6°C.

Período chuvoso: Maio a julho

Pluviosidade anual (mm): Média: 2179
Máxima: 2628;
Mínima: 1737

Riscos de seca: Nulo, baixo e médio

Área inserida no Polígono das secas (em %): 0

Solo

Tipo de solo: Latossolo Variação álico, Podzólico Vermelho-Amarelo eutrófico, Latossolo Variação Una álico, Podzol Hidromórfico, Latossolo Vermelho-Amarelo distrófico, Solos indiscriminados de Mangue (manguezal), Areias Quartzosas Marinhas.

Aptidão agrícola das terras: Aptidão regular para lavouras, Aptidão regular para silvicultura, restrita e sem aptidão para pastagem natural, Aptidão boa para lavouras, Sem aptidão para uso agrícola, a não ser em casos especiais, Usado para manter flora, fauna ou recreação.

Vegetação

Floresta ombrófila densa, Formações pioneiras com influência fluvial, herbácia, Formações pioneiras com influência marinha (restinga) Floresta pioneira com influência fluviomarinha (mangue) arbórea.

Relevo

Planícies Marinhas e Fluviomarinhas, Tabuleiros Pré-Litorâneos, Depressão de Itabuna-Itapetitinga, Serras e Maciços Pré-Litorâneos.

Geologia

Sienitos, folhelhos, biotita-gnaiss, rochas intermediárias básicas, Depósito fluviais, gnaiss, formação barreiras.

Ocorrência minerais

Calcário, turfa, xisto betuminoso.

Hidrologia

Importância relativa do aquífero: Pequena, grande e média

Profundidade do nível estático: 0 a 30 metros

Número de poços perfurados: 3

Hidrologia

Bacia Hidrográfica: Colonia/Cachoeira Almada

Rios principais: Rio Cachoeira, Rio Almada, Rio Fundão, Rio Santana

5.5.2 O MUNICÍPIO DE ITABUNA

Itabuna é uma cidade de porte médio, possuindo interações sócio-econômicas com praticamente toda a região do Litoral Sul. Sua influência na APA de Itacaré/Serra Grande se dá pela sua projeção econômica no âmbito regional. Ilhéus possui a imagem símbolo da região cacauífera, porém Itabuna possui uma imagem comercial e empreendedora da região, mesmo com a atual crise econômica vivida pelo cultivo do cacau.

Possui uma população total de 185.165 habitantes, sendo 177.455 na área urbana e 1.710 na área rural, o que demonstra uma forte tendência de absorção da população flutuante dos demais municípios da região e forte êxodo rural no interior do seu município.

População residente, Taxa de Urbanização e densidade demográfica, 1970 - 1991

Ano	População residente			Taxa de urbanização (%)	Densidade demográfica (hab/km ²)
	Total	Urbana	Rural		
1970	112721	94952	17769	84,24	193,0
1980	153342	137663	15679	89,78	262,6
1991	185165	177455	7710	95,84	317,7

Fonte: IBGE e CEI

O município teve sua origem em 13/09/1906 e possuía o nome de Tabocas. Limita-se com Barro Preto, Buerarema, Ibicaraí, Itajuípe, Itapé e Jussari. Possui área total de 584 Km², estando distante cerca de 433 Km de Salvador.

APA ITACARÉ / SERRA GRANDE

Seus recursos naturais são igualmente semelhantes aos da APA de Itacaré/Serra Grande, conforme quadro abaixo:

Clima

Tipo climático: Úmido a Subúmido

Temperatura média anual: Média: 25.0°C;

Máxima: 31.1°C;

Mínima: 21.5°C.

Período chuvoso: Abril a junho

Pluviosidade anual (mm): Média 1393;

Máxima: 2136;

Mínima: 836.

Riscos de seca: Baixo, médio e nulo

Área inserida no Polígono das secas (em %): 0

Solo

Tipo de solo: Podzólico Vermelho-Amarelo eutrófico, Latossolo Variação Una álico, Podzólico Vermelho-Amarelo álico, Brunizém avermelhado.

Aptidão agrícola das terras: Aptidão boa para lavouras, Aptidão regular para lavouras, Aptidão regular para silvicultura, restrita e sem aptidão para pastagem natural, Aptidão restrita para lavouras, Aptidão restrita para pastagem plantada.

Vegetação

Floresta ombrófila densa, Floresta Estacional semidecidual

Relevo

Depressão de Itabuna-Itapetinga, Tabuleiros Pré-Litorâneos, Serras e Maciços Pré-Litorâneos.

Geologia

Gnaisses, rochas básicas-ultrabásicas, granitos, rochas intermediárias básicas, sienitos, granulitos.

Ocorrência minerais

Sodalita-sienito

Hidrologia

Importância relativa do aquífero: Pequena

Profundidade do nível estático: 0 a 30 metros

Número de poços perfurados: -

Hidrologia

Bacia Hidrográfica: Colônia/Cachoeira, Almada

Rios principais: Rio Cachoeira, Rio Burandanga, Rio dos Cachorros

O município possui uma economia diversificada, de características mais urbanas, em especial o comércio, a indústria e os serviços, mas todos possuindo forte dependência da agricultura cacaueteira.

População economicamente ativa, segundo os setores de atividade, 1970 - 1980

Ano

APA ITACARÉ / SERRA GRANDE

Setor de atividade	1970			1980		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
Agricultura	8759	428	9187	7898	883	8771
Indústria	6024	172	6196	8681	475	9156
Comércio	4660	871	5531	6954	2547	9501
Serviços	2211	5387	7598	5443	6592	12035
Transporte	1725	60	1785	2719	325	3044
Administração pública	1234	98	1332	1987	431	2418
Atividades sociais	481	1307	1788	879	2467	3346
Outras Atividades	2006	440	2446	1233	380	1613
Total	27100	8763	35863	35794	14100	49894

Fonte: IBGE

5.5.3 O MUNICÍPIO DE UBAITABA

O município de Ubaitaba é o elo de ligação de Itacaré com a BR 101, tendo sido o referencial urbano mais próximo da cidade de Itacaré e região. Até bem pouco tempo, não havia qualquer tipo de ligação entre Itacaré e a cidade de Ilhéus pelo sistema viário, que não incluíssem a passagem por Ubaitaba. Até o presente, o deslocamento feito por ônibus intermunicipais para cidades como Salvador, Ilhéus, Itabuna, etc., necessita de um transbordo na Estação Rodoviária de Ubaitaba.

A população total do município é de 30.004 habitantes, com uma população urbana de 17.989 habitantes e rural de 12.015.

População residente, taxa de urbanização e densidade demográfica, 1970 - 1991.

Ano	População residente			Taxa de urbanização (%)	Densidade demográfica (hab/km ²)
	Total	Urbana	Rural		
1970	22.828	10.605	9.223	53.48	61.20
1980	28.991	14.837	14.154	51.37	77.13
1991	30.004	17.989	12.015	63.95	77.17

Fonte: IBGE e CEI

As características naturais do Município de Ubaitaba são semelhantes às demais cidades próximas da APA, especialmente a porção interior do município de Itacaré, conforme quadro abaixo:

Clima

Tipo climático: Úmido

Temperatura média anual: Média: 24.4°C;

Máxima: 30.2°C;

APA ITACARÉ / SERRA GRANDE

	Mínima: 20.8°C.
Período chuvoso: janeiro a março	
Pluviosidade anual (mm): Média: 1728;	
	Máxima: 2484;
	Mínima: 1248.
Riscos de seca: Nulo	
Área inserida no Polígono das secas (em %): 0	
Solo	
Tipo de solo: Podzólico Vermelho-Amarelo eutrófico, Podzólico Vermelho-Amarelo álico	
Aptidão agrícola das terras: Aptidão regular para lavoura, Aptidão restrita e sem aptidão para pastagem plantada, Aptidão regular para silvicultura; restrita e sem aptidão para pastagem natural.	
Vegetação	
Floresta ombrófila densa.	
Relevo	
Depressão de Itabuna-Itapetinga, Serras e Maciços Pré-Litorâneos.	
Geologia	
Sienitos, biotita-gnaisses, rochas intermediárias básicas, gnaisses.	
Ocorrência minerais	
Desconhecida	
Hidrologia	
Importância relativa do aquífero: Pequena	
Profundidade do nível estático: 0 a 30 metros	
Número de poços perfurados: -	
Hidrologia	
Bacia Hidrográfica: Rio de Contas	
Rios principais: Rio de Contas	

A economia de Ubaitaba é essencialmente agrícola, estando sofrendo com a crise da economia na região cacaueira, afetando os demais segmentos da economia.

População economicamente ativa, segundo os setores de atividade, 1970-1980

Setor de atividade	Ano					
	1970			1980		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
Agricultura	4091	195	4286	4616	658	5274
Indústria	531	-	531	712	46	758
Comércio	310	74	384	469	164	633
Serviços	147	460	607	250	336	586
Transporte	134	4	138	167	5	172
Administração pública	84	11	95	153	57	210
Atividades sociais	57	126	183	70	256	326
Outras Atividades	135	52	187	52	18	70
Total	5489	922	6411	6489	1540	8029

APA ITACARÉ / SERRA GRANDE

Fonte: IBGE

Produção, área e rendimento dos principais produtos agrícolas, 1980-1989

Produto		Cana-de-açúcar	Mandioca	Banana ¹	Cacau	Laranja ²
1980	Produção (t)	23	301	380	12305	106
	Área (ha)	1	13	390	17280	2
	Rendimento (Kg/ha)	23000	23154	974	712	53000
1985	Produção (t)	-	340	210	12622	79
	Área (ha)	-	51	561	18858	5
	Rendimento (Kg/ha)	-	6667	374	669	15800
1988	Produção (t)	3920	4004	1328	11170	1120
	Área (ha)	98	308	710	22840	16
	Rendimento (Kg/ha)	40000	13000	1870	500	70000
Produto		Cana-de-açúcar	Mandioca	Banana ¹	Cacau	Laranja ²
1989	Produção (t)	-	3000	710	11170	1248
	Área (ha)	-	200	710	22340	1248
	Rendimento (Kg/ha)	-	15000	1000	500	78000

Fonte: IBGE

1 Quantidade produzida em 1000 cachos e rendimento médio cachos/ha

2 Quantidade produzida em 1000 frutos e rendimento médio frutos/ha

6. ANEXO FOTOGRÁFICO

ANEXO 1. Fotografia aérea da zona costeira da APA Itacaré, tomada em 23 dez 1994, p. 1.

ANEXO 2. Fotografia aérea da zona costeira da APA Itacaré, tomada em 23 dez 1994, p. 2.

ANEXO 3. Fotografia aérea da zona costeira da APA Itacaré, tomada em 23 dez 1994, p. 3.

ANEXO 4. Fotografia aérea da zona costeira da APA Itacaré, tomada em 23 dez 1994, p. 4.

ANEXO 5. Fotografia aérea da zona costeira da APA Itacaré, tomada em 23 dez 1994, p. 5.

ANEXO 6. Fotografia aérea da zona costeira da APA Itacaré, tomada em 23 dez 1994, p. 6.

ANEXO 7. Fotografia aérea da zona costeira da APA Itacaré, tomada em 23 dez 1994, p. 7.

ANEXO 8. Fotografia aérea da zona costeira da APA Itacaré, tomada em 23 dez 1994, p. 8.

ANEXO 9. Fotografia aérea da zona costeira da APA Itacaré, tomada em 23 dez 1994, p. 9.

ANEXO 10. Fotografia aérea da zona costeira da APA Itacaré, tomada em 23 dez 1994, p. 10.

ANEXO 11. Fotografia aérea da zona costeira da APA Itacaré, tomada em 23 dez 1994, p. 11.

ANEXO 12. Fotografia aérea da zona costeira da APA Itacaré, tomada em 23 dez 1994, p. 12.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGRA FILHO, Severino S. Planejamento e gestão da zona costeira: alguns elementos de balizamento. *Análise & Dados: CEI*, v.4, n. 2/3, dez. 1994. p. 101-104, 293 p.
- ANDRADE, M. ANTÔNIO DE. *Aves Silvestres - Minas Gerais*. Belo Horizonte (MG): Conselho Internacional Para a Preservação das Aves (CIPA), 1992, 176p.
- ANDRADE, M. ANTÔNIO DE. *A vida das aves*. Belo Horizonte (MG): Editora Littera Maciel, 1993, 160p.
- ANDRADE, M. ANTÔNIO DE. *Lista de campo das aves do Brasil*. Belo Horizonte (MG): Fundação Acangaú, 1995, 40p.
- ANTAS, PAULO DE TARSO Z. *Migração de aves no Brasil*. Anais do II Encontro nacional de anilhadores de aves. Rio de Janeiro (RJ): Editora Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1987, p.153.
- ARCANJO, J. B. A (1990)-Texto Explicativo para a Folha SC 24 Y B VI. Itabuna. CPRM/DNPM, 316p.
- ARGÔLO, A. J. S. *Considerações sobre a ofidiofauna do cacauais do sudeste da Bahia, Brasil*. Monografia. Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus (BA). 1992, 65p.
- ARGÔLO, A. J. S. *Serpentes peçonhentas dos cacauais da Bahia: Aspectos de interesse sanitário*. Rio de Janeiro (RJ): Livro de resumos do XX Congresso brasileiro de zoologia, UFRJ, 1994, p.103.
- ASMUS, H. E. & PORTO, R (1980). Diferenciação nos estágios iniciais da evolução da margem continental brasileira: Possíveis causas e explicações. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOLOGIA. Camboriu. p. 225-233.
- Atual situação da Unidade de Conservação do Brasil. Salvador: UFBA, 1990. 34 p.il. (Monografia de Bacharelado em Ciências Biológicas- Instituto de Biologia).
- BAHIA. Ministério da Agricultura. Diagnóstico sócio-econômico da região cacaueira: Recursos Florestais. Ilhéus: CEPLAC, v.7, 1976. 245 p.
- BARNEBY, R.C.; CARVALHO, A.M. de. The Genus *Zollernia* (Fabaceae: Swartziaeeae) in Bahia, Brazil In Brittonia, by The New York Botanical Garden, Bronx, New York 45 (3), p. 208-212, 1993.

- BECKER, M. & DALPONTE J.C. Rastros de mamíferos silvestres brasileiros. Brasília (DF): Editora Universidade de Brasília, 1991, 180p.
- BENJAMIN, Cesar. Diálogo sobre ecologia, ciência e política. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993. 198 p.
- BITENCOURT, A. C. S. P. et alli. Mapa Geológico do Quaternário Costeiro do Estado da Bahia-1:250 000. Textos explicativos. Salvador. 1980. SME/CPM. 14p.
- BITENCOURT, A. C. S. P. et alli.(1994)- As coberturas Terciárias e Quaternárias do interior e da zona costeira, p 109 a 122. In: Geologia da Bahia- Texto explicativo para o Mapa Geológico do E ao milionésimo. SME/UFBA.
- BLANCO, D. E. & CAEVARI, P. Censo Neotropical de aves acuáticas - Humedales para las américas (WA). Buenos Aires, Argentina, 1993, 166p.
- BORGES, D. M. & LIMA VERDE, J. S. Distribuição geográfica de serpentes, lagartos e anfíbios nos principais tipos vegetacionais do estado do Ceará. Rio de Janeiro (RJ): Livro de resumos do XX Congresso brasileiro de zoologia, UFRJ, 1994, p. 108
- BRASIL. Ministério das Minas e Energia. Projeto RADAMBRASIL. folha SD. 24 Salvador; geologia, geomorfologia, pedologia, ação e uso potencial da terra. Rio de Janeiro, 1981. 624 p. il. 5 mapas (Levantamento de Recursos Naturais, 24). Folhas na escala 1: 250.000.
- CAMPOS, Z. M. DA SILVA. Ecologia reprodutiva de Iguana iguana no Pantanal. Rio de Janeiro (RJ): Livro de resumos do XX Congresso brasileiro de zoologia, UFRJ, 1994, p. 103.
- CARBONELL, M. & SCOTT, D. A. Inventario de humedales de la region neotropical. IWRB, Slimbridge & UICN Cambridge, 1986, 62p.
- CARVALHO, A.M. de ; THOMAS, W.M. Estudo fitossociológico de Serra Grande. In: CONGRESSO NACIONAL DE BOTÂNICA, XLIV, São Luis, 24 a 30 de janeiro. Maranhão: Sociedade Botânica do Brasil/ Universidade Federal do Maranhão, v.1, 1993. p. 224, 231 p.(Resumo)
- CARVALHO, A.M. de et. al. Aspectos florísticos de um trecho de Mata Atlântica em Serra Grande. In: CONGRESSO NACIONAL DE BOTÂNICA, XLIV, São Luis, 24 a 30 de janeiro. Maranhão: Sociedade Botânica do Brasil/ Universidade Federal do Maranhão, v.1, 1993. p. 32, 231 p.(Resumo)

- CARVALHO, O. Nordeste Brasileiro: uma visão política de desenvolvimento sustentável, ecologia e mercados. *Análise & Dados: CEI*, v.4, n. 2/3, dez. 1994.
- CARVALHO, V.C. Imagens e computadores: vegetação à vista. In: *Ciência Hoje*, v .7, n. 38. p.26-32 dez. 1987.
- COELHO, Cláudia M.P. Estudo analítico e crítico da legislação ambiental e da atual situação da Unidade de Conservação do Brasil : Salvador-UFBA,1990. 34 p.il. (Monografia de Bacharelado em Ciências Biológicas)
- CORSON, W.H. Manual global de ecologia - o que você pode fazer a respeito da crise do meio ambiente. São Paulo: Ed. Augustus. 1993. 413 p.il.
- CORTES, Maria de F.R. Uma abordagem sobre a situação da Mata Atlântica no Estado da Bahia. Salvador: UFBA, 1993. 89 p.il. (Monografia de Bacharelado em Ciências Biológicas- Instituto de Biologia)
- CPRM (1991) Programa Levantamentos Geológicos Básicos do Brasil. Folha Itabuna. Escala de publicação 1:100 000.
- CPRM. Programa Levantamentos Geológicos Básicos do Brasil. Folha Itabuna. 1991. Escala de publicação 1:100 000.
- EMMONS, L. H. Neotropical rainforest mammals - A field guide. The University of Chicago Press Ltda, London. 1990, 281p.
- FILIPPINI, A. Captura com marcação e recaptura da tartaruga-marinha *Eretmochelys imbricata* (tartaruga-de-pente) nas ilhas oceânicas brasileiros. Salvador (BA): Livro de resumos do XVIII Congresso brasileiro de zoologia, UFBA. 1991, p. 328.
- FONSECA, E. C. M., LIMA, R. A., NUNES, T. B., LIRA-DA-SILVA, R. M. & CASAIS -E-SILVA, L. L. Serpentes da região urbana de Salvador (BA), Brasil. Rio de Janeiro (RJ): Livro de resumos do XX Congresso brasileiro de zoologia, UFRJ, 1994, p.104.
- FONSECA, GUSTAVO A. B. DA et al. Livro vermelho dos mamíferos brasileiros ameaçados de extinção. Belo Horizonte (MG): Fundação Biodiversitas, 1994, 479p.
- FREITAS, MARCO ANTÔNIO DE. Levantamento da fauna de vertebrados da Reserva Biológica de Una (BA). Salvador, 1990, 4p.
- FURTADO, M. F. D. Estudo das ações tóxicas dos venenos de *Bothrops* (SERPENTES: VIPERIDAE). Londrina (PR): Livro de resumos do XVII Congresso brasileiro de zoologia, Universidade Estadual de Londrina, 1990, p. 411.

- GRANTSAU, R. As cobras venenosas do Brasil. São Bernardo do Campo (SP): Bandeirante, 1991, 100p.
- HARRISON, PETER. Seabirds an identification guide. 2° ed. Christopher Helm, A. & C. Black, London, 1989. 488p.
- HILDEBRAND, NILTON. Análise da estrutura dos vertebrados. 3° ed. São Paulo (SP): Atheneu Editora São Paulo Ltda., 1995, 700p.
- JAAKKO PÖYRY. Eia-Rima do Complexo Produtor de Celulose. São Paulo (SP). 1994. (Diagnóstico Ambiental - Meio Biológico).
- JOLY, A.B. Botânica: introdução à taxonomia vegetal. 7 ed. São Paulo: Ed.Nacional, v. 4, 1985. 777 p.il.
- LIMA, R. C. C et alli. Projeto Turfas na faixa costeira Bahia-Sergipe. Relatório Integrado. V.1. CPRM. Salvador. 1982. 129p.
- MABESSONE, J. M. & CASTRO, C (1975). Desenvolvimento Geomorfológico do Nordeste Brasileiro. Boletim Núcleo Nordeste da SBG. n.3. 1975. p.3-35.
- MAIA, M. P., BRASILEIRO, M. T., MAIA, P. C. & BRASILEIRO, A. G. R. Dados patológicos e biométricos de *Puffinus gravis* e *Calonectris diomedea* (PROCELLARIIDAE) no município de Salvador (BA). Recife (PE): Livro de resumos do IV Congresso brasileiro de ornitologia, URPE, 1994, p.115.
- MARQUES, O. A. V. & PUORTO, G. Aspectos do comportamento alimentar e defensivo em *Erythrolamprus aesculapii* (SERPENTES, COLUBRIDAE). Salvador (BA): Livro de resumos do XVIII Congresso brasileiro de zoologia, UFBA. 1991, p. 309.
- MARQUES, O. A. V. & PUORTO, G. Observações preliminares sobre a alimentação de *Erythrolamprus aesculapii* (COLUBRIDAE) e *Micrurus corallinus* (ELAPIDAE). SERPENTES. Londrina (PR): Livro de resumos do XVII Congresso brasileiro de zoologia, Universidade Estadual de Londrina, 1990, p. 409.
- MARTIM et all (1980)- Geologia do Quaternário Costeiro do Estado da Bahia. SME/UFBA, 14 p.
- NARDELLI, PEDRO MÁRIO. A preservação do mutum-de-alagoas, *Mitu mitu*. Nilópolis, Riode janeiro: Zôo-botânica Mário Nardelli, 1993, 251p.

- NEIMAN, Z. Era verde ? ecossistemas brasileiros ameaçados. 3 ed. São Paulo: Atual, 1989, 103 p.il.
- NEVES, J. P. & SOUZA, J. D (1984). Projeto Mapas Metalogenéticos e de Previsão de Recursos Minerais. Folhas SD 24 Y B Ilhéus e SD 24 Z A Itacaré, 1:250000, V.1. Textos e mapas. CPRM. Salvador. 47 p.
- ODUM, E.P. Ecologia. Rio de Janeiro: Ed.Guanabara. 1986. 434 p.il.
- OLIVER, W. L. & SANTOS, I. Threatened endemic mammals of the atlantic forest region of south-east Brasil. Special Scientific Report n° 4 . Jersey. Wildlife Preservation on Trust, 1991. 126p.
p. 84-89, 293 p.
- PALAZZO JÚNIOR, J. T. & BOTH, M. DO CARMO. Guia dos mamíferos marinhos do Brasil. Porto alegre (RS): Sagra Ltda. , 1988, 156p.
- POUGH, F. H., HEISER, J. B. & MACFARLAND, W. N. A vida dos vertebrados. 2° ed. São Paulo (SP): Atheneu Editora São Paulo Ltda., 857p, 1993.
- RICHARDS, ALAN. Birds of the tideline - Shorebirds of the northern hemisphere. Dragons World Ltda. London. 1988. 223p.
- RIZZINI, C.T. Árvores e madeiras úteis do Brasil : manual de dendrologia. 2 ed. São Paulo: Ed.Edgard Blücher Ltda., 1978. 296p. il.
- RIZZINI, C.T.; MORS, W. B. Botânica econômica brasileira. São Paulo: EPU, 1976. 207 p.
- SÃO PAULO. Prefeitura Municipal. Secretaria municipal do verde e do meio ambiente. A questão ambiental urbana: cidade de São Paulo. São Paulo: A Secretaria. 1993. 766 p.il.
- SCHULTZ, A.R.H. Introdução à botânica sistemática. 5 ed. rev. Porto Alegre: Ed. da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, v.2, 1985. 414p.il.
- SICK, HEMULT. Ornitologia brasileira, uma introdução. 3° ed., v.1. Brasília: Universidade de Brasília, 1988. 429p.
- SILVA, FLÁVIO. Mamíferos silvestres - Rio Grande do Sul. 2° ed. Porto Alegre (RS): Fundação Zôobotânica do Rio Grande do Sul, 1994, 264p.
- SILVA, L.A.M et. al. Nomenclatura vulgar e científica de plantas encontradas na região cacauera da Bahia. Boletim Técnico. Ilhéus: CEPLAC/CEPEC, 1982. n.95. 79 p.

- TAVARES, S. Madeiras do nordeste do Brasil. Pernambuco: Universidade Rural de Pernambuco, 1959. 177 p. (Monografia V).
- VALADÃO, R. C. & DOMINGUEZ, J, M, L(1994) Opening of the south atlantic ocean and denudation of the São Francisco Craton, Brasil. In: 14 International Sedimentological Congress. Recife. p.10-11.
- VIVO, MÁRIO DE. Taxonomia de *Callithrix Erxleben*, 1977 (CALLITRICHIDAE, PRIMATES). Belo Horizonte (MG): Fundação Biodiversitas, 1991, 105p.
- VOOREN, C. M. & FERNANDES, A. C. Guia de albatrozes e pétreais do sul do Brasil. Porto Alegre (RS): Sagra Ltda., 1989, 99p.